

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM - MS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

RENATO MASSAO SHIWA

**PLURIFUNCIONALIDADE NOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO
DE HORTALIÇAS: JARDIM – MS (2013)**

**JARDIM-MS
2013**

RENATO MASSAO SHIWA

**PLURIFUNCIONALIDADE NOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO
DE HORTALIÇAS: JARDIM – MS (2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim - MS, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard

**JARDIM-MS
2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA PELO SERVIÇO TÉCNICO DE BIBLIOTECA E
DOCUMENTAÇÃO UEMS – JARDIM MS**

SHIWA, R. M.

**Plurifuncionalidade nos Espaços de Produção
de Hortaliças: Jardim-MS (2013)**

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard

- 1. Cidade/Campo**
- 2. Zona de Transição**
- 3. Plurifuncionalidade**
- 4. Produção de hortaliças**

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos e científicos.

Renato Massao Shiwa

TERMO DE APROVAÇÃO

RENATO MASSAO SHIWA

PLURIFUNCIONALIDADE NOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS: JARDIM-MS (2013)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard
UEMS – Jardim

Examinador 1: Prof. Dr. Walter Guedes da Silva
UEMS – Campo Grande

Examinador 2: Prof. Dr. Airton Aredes
UEMS – Campo Grande

Jardim - MS, 22 de novembro de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha mãe Helena Aparecida Munhoz que sempre me apoiou durante a minha caminhada.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me abençoar em mais uma longa jornada, iluminando o meu caminho para que eu alcançasse os objetivos nos estudos.

Aos meus familiares, pela força e apoio incondicional em todas as etapas da minha vida.

À minha orientadora Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard, pela dedicação entregue à minha pesquisa, por sempre me atender, tanto nas orientações do meu trabalho, quanto para dar apoio e força durante minha graduação e por me incentivar a nunca desistir dos meus objetivos.

A todos os professores que fizeram parte do corpo docente do curso de Geografia do ano de 2010 a 2013.

A todos os meus colegas de turma, em especial à Cleiton Messias, Eva Leandro, Laura Arguelho, Lidiane Vieira, Marilda Caramalack, Nádia Bevilacqua e Stefanielly Iahn pela grande amizade e companheirismo.

Aos meus amigos pessoais Lucas Henrique e Talys Giovany que sempre estiveram ao meu lado. Um agradecimento especial a Márcia Soares, exemplo de conduta e perseverança.

Aos horticultores de Jardim-MS por terem contribuído para a realização do presente trabalho.

EPÍGRAFE

“Deus dá as batalhas mais difíceis aos seus melhores soldados”.

(Papa Francisco)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a Plurifuncionalidade nos espaços de produção de hortaliças em Jardim-MS (2013). Sendo assim, propõe tecer algumas considerações sobre os aspectos históricos – geográficos do espaço regional do Sul de Mato Grosso. A análise se faz necessária tendo em vista que é o espaço onde o município de Jardim-MS esta inserido. A discussão discorre o início de povoamento regular advindo da mineração e pecuária até o papel da política executada no governo de Getúlio Vargas no século XX, tendo por finalidade buscar os fatos históricos que possibilitaram o surgimento de Jardim. Em um segundo momento será tratado considerações referentes aos aspectos do campo e da cidade, bem como a intensificação das suas relações, a fim, de reconhecer à existência de uma faixa de transição entre o campo e a cidade, e a sua plurifuncionalidade. Após a identificação de hortas na paisagem de Jardim-MS serão analisadas as questões espaciais e socioeconômicas relacionadas ao objeto de estudo.

Palavras- chave: cidade/campo; zona de transição; plurifuncionalidade; produção de hortaliças.

ABSTRACT

This study aims to analyze the spaces in Plurifuncionalidade production of vegetables in Jardim - MS (2013) . Thus, it proposes some considerations on the historical aspects - regional geographic area of southern Mato Grosso. The analysis is necessary considering that is the space where the city of Jardim - MS is inserted. The discussion elaborates the beginning of regular settlement arising from the mining and ranching to the role of policy implemented in the government of Getúlio Vargas in the twentieth century, with the purpose of seeking the historical facts that gave rise to a Jardim. In a second phase will be treated statements relating to aspects of the countryside and the city, as well as the intensification of its relations, in order to recognize the existence of a transition zone between country and city, and their plurifuncionalidade. After identification of the landscape gardens of Jardim - MS will analyze the spatial and socioeconomic issues related to the object of study.

Keywords : city, field, transition zone ; plurifuncionalidade ; vegetable production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Região Sudoeste de Mato Grosso do Sul: Jardim-MS como pólo regional.....	15
Figura 02 – Mapa das atividades econômicas do Mato Grosso no início do século XX	20
Figura 03 - Planta do Perímetro Urbano de Jardim-MS	25
Figura 04 - Horta na paisagem de Jardim - MS – localizada na Vila Angélica II	31
Figura 05 – Conjunto habitacional popular na paisagem de Jardim – MS	32
Figura 06 - A plurifuncionalidade do espaço periurbano na paisagem de Jardim-MS	34
Figura 07 - Localização das hortas produzidas na borda da cidade de Jardim-MS	35
Figura 08 - Proposta de Zoneamento da Sede do Município de Jardim-MS	39
Figura 09 - Horta da Vila Angélica II inserida na Zona Especial de Interesse Social 1.....	40
Figura 10 - Hortas Nossa Senhora Aparecida I e II inseridas na Zona de Consolidação 2.....	41
Figura 11 - Horta São José inserida na Zona de Interesse Ambiental	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – População por situação de domicílio em Jardim-MS entre 1970 e 2010.....	24
Quadro 02 – Total da área de cultivo de hortaliças em Jardim-MS	37
Quadro 03 – Produtos desenvolvidos nas hortas	44
Quadro 04 – Distribuição da produção de hortaliças	47
Quadro 05 – Renda média mensal e anual da produção de hortaliças	48

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

C. E .R.-3 – Comissão de estrada de rodagem n° 3

Cia – Companhia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ZAA 1 – Zona de abastecimento e Serviços de Apoio

ZC 2 – Zona de Consolidação 2

ZEIS 1 – Zona Especial de Interesse Social 1

ZIA – Zona de Interesse Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: ASPECTOS HISTÓRICOS – GEOGRÁFICOS DO ESPAÇO REGIONAL DO SUL DE MATO GROSSO: JARDIM-MS.....	15
1.1 O processo de ocupação e consolidação do Sul de Mato Grosso.....	17
1.2 Histórico da fundação do município de Jardim – MS.....	21
1.3 A C.E.R.-3 e o povoamento de Jardim – 1939.....	22
1.4 Aspectos Urbanos de Jardim-MS.....	24
CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS DO CAMPO E DA CIDADE.....	27
2.1 A paisagem como categoria de análise do espaço	27
2.2 Aspectos do campo e da cidade	29
CAPÍTULO III: A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM ÁREAS PRÓXIMAS AO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE JARDIM-MS (2013)	35
3.1 Propostas de zoneamento da sede municipal de Jardim-MS	37
3.2 A produção de hortaliças.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
ANEXOS.....	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratará da plurifuncionalidade nos espaços de produção de hortaliças: Jardim-MS (2013). As diversas formas do homem (re) produzir o espaço configuram diferentes áreas que se materializam e se contrapõem em relação às suas funções. O espaço urbano, por exemplo, caracteriza-se por ser o local de aglomeração de pessoas; de presença de comércios e oferecimento de serviços; de articulação entre suas distintas áreas por meio da circulação de pessoas e mercadorias; de construções que se contrastam entre bairros ricos e pobres e de lutas das classes que buscam igualdade nas condições de vida. Em oposição ao espaço urbano, o campo possui caráter de espaço com baixa concentração de pessoas e construções, onde persistem as atividades ligadas à agricultura, pecuária, mineração, extrativismo, turismo e lazer.

Ocorre, no entanto, que os avanços dos meios de transporte e comunicação, possibilitaram a rápida articulação entre a cidade e o campo, de tal modo que tais espaços passaram a se relacionar de forma cada vez mais acelerada. Neste sentido, nas bordas da cidade, onde há uma faixa de transição entre o campo e a cidade, as relações são tão intensificadas devido à plurifuncionalidade dos espaços que servem tanto como área para futura expansão urbana, quanto para a do campo, que se misturam em sua paisagem a presença de práticas de atividades de ambos os espaços.

Em relação a esta faixa de transição, também tratada por alguns estudiosos como espaço periurbano, verifica-se que na paisagem de Jardim-MS estão presentes no espaço referido, a presença de atividades relacionadas ao cultivo de hortaliças. Em razão de tais atividades estarem localizadas em Jardim-MS, através de um resgate histórico, o Capítulo I “Aspectos históricos – geográficos sobre a produção do espaço regional do Sul de Mato Grosso: Jardim – MS” discorrerá discussões referentes ao processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, e o histórico de fundação e povoamento de Jardim-MS.

Sendo assim, o capítulo mencionado tratou de tecer algumas considerações desde o início do processo migratório de povoamento regular do Sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, decorrente das atividades de mineração e pecuária no século XVIII, até o papel do governo de Getúlio Vargas no século XX, com a política de colonização “Marcha para o Oeste” que buscava ocupar os espaços tidos como “vazios”, utilizando o discurso de integração nacional, investiu na abertura de estradas que influenciaram no surgimento de várias cidades, entre elas Jardim-MS. Ainda será tratado o papel da Comissão de Estradas de

Rodagem nº3 (C.E.R. -3) para o início do povoamento de Jardim-MS, e alguns dados atuais referentes aos aspectos urbanos da cidade.

O Capítulo II “Considerações sobre os aspectos do campo e da cidade” abordará a paisagem como categoria de análise do espaço, e os aspectos presentes do campo e da cidade. Sendo a paisagem uma dimensão de formas históricas, resultante da dinâmica que determinados recortes espaciais assumem socialmente, o capítulo discorrerá sobre a importância da paisagem para a identificação do objeto de estudo. Em seguida serão destacadas algumas particularidades que caracterizam os espaços de uma cidade e do campo. Ainda será discutida a existência de uma faixa de transição entre campo e cidade, e a plurifuncionalidade nestes espaços que são diretamente influenciados pela expansão da malha urbana que se direciona aos espaços do campo, incorporando-os ao perímetro urbano.

O Capítulo III “A produção de hortaliças em áreas próximas ao perímetro urbano da cidade de Jardim-MS (2013)” busca contemplar a fundamentação teórica discutida no capítulo II. Após a identificação das hortas na paisagem de Jardim-MS, serão analisadas as propostas presentes no Plano Diretor de Jardim referente a futuras intervenções urbanas nas zonas onde as hortas estão inseridas, com o intuito de analisar as possíveis mudanças que tais espaços passarão. Serão tratadas também, questões socioeconômicas sobre os produtores e as mercadorias produzidas (hortaliças), tais como: perfil dos produtores; razão da inserção do produtor na atividade de horticultura; área de cultivo; tempo de mercado; mercado consumidor; renda obtida; vantagens e dificuldades de produção, entre outras.

Para a elaboração do trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisas a campo nos mercados de Jardim-MS que nos auxiliaram na produção do gráfico de destino da produção. Na pesquisa a campo também foram aplicados questionários com os produtores das hortas pesquisadas, onde foram adquiridos registros de informação e imagens (fotografia).

CAPÍTULO I: ASPECTOS HISTÓRICOS – GEOGRÁFICOS DO ESPAÇO REGIONAL DO SUL DE MATO GROSSO: JARDIM-MS

Jardim-MS está localizada na região Centro-Oeste do Brasil, na porção Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Segundo a regionalização adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Jardim-MS está inserida na microrregião de Bodoquena.

Em função de sua localização geográfica privilegiada, o município tem destaque como pólo regional. Neste sentido, disponibiliza em sua sede, serviços que atendem não só a população local, mas também outros municípios como Guia Lopes da Laguna-MS, Bonito-MS e Bela Vista-MS, que fazem fronteira com o município. Na figura 01, podemos observar a localização de Jardim-MS, destacada como cidade pólo na região geográfica em que está inserida.¹

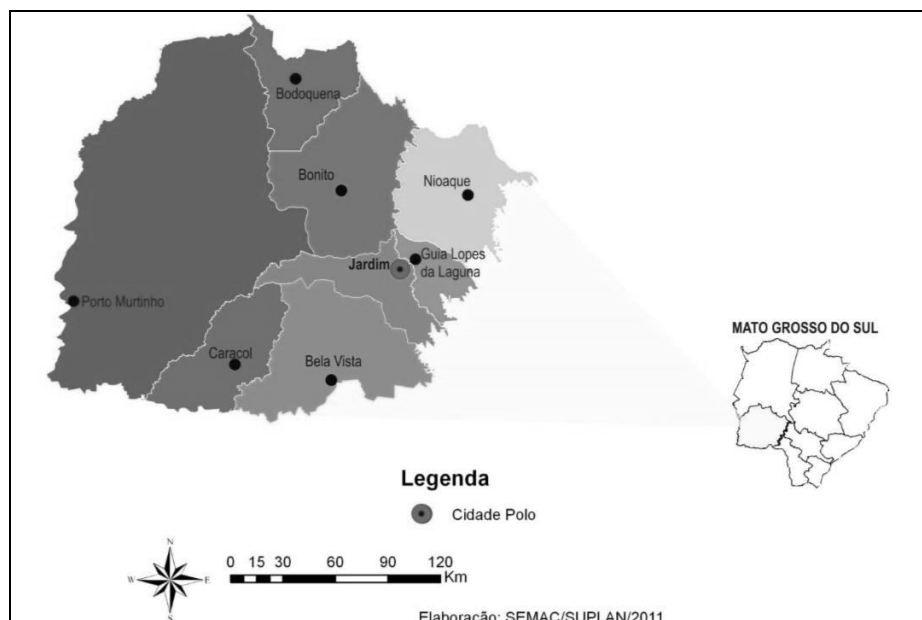


Figura 01 – Região Sudoeste de Mato Grosso do Sul: Jardim-MS como pólo regional
Fonte: Mato Grosso do Sul, 2011.

Antes de abordarmos como ocorreu a fundação do município de Jardim, faz-se necessário resgatar o momento histórico de ocupação e consolidação da porção Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, no qual o município de Jardim-MS está localizado.

¹Entre os serviços disponíveis em Jardim-MS, destacam-se: agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Caixa Econômica Federal); Cooperativa de crédito Rural – SICREDI; Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS; Hospital Marechal Rondon; Previdência Social; além de comércios (Lojas Pernambucanas, Rede Econômica de Supermercados, Romera, Gazin). A maior parte dos serviços oferecidos e presença de objetos de infraestrutura concentram-se no centro da cidade e nos bairros próximos a este.

A importância do resgate histórico fica clara nas palavras de Maurício de Abreu (1997, p. 198) onde o autor defende que “o território atual ainda é influenciado por relações do passado, sem entendê-las, não seremos capazes de compreender bem os espaços atuais e nem poderemos intervir eficazmente sobre eles, seja para melhorá-los, seja para modificá-los”.²

Neste sentido, entender como se deu o processo de urbanização de uma dada cidade, é fundamental para compreender os caminhos que levaram determinada cidade a chegar a sua configuração atual, seja pela forma do espaço urbano, ou ainda pela influência que exerce no contexto regional onde está inserida.

Quanto à formação dos primeiros núcleos de povoamento do Brasil, Azevedo (1994, p. 24) explicita que “Se tomarmos como limite mínimo para conceituação das cidades a população urbana de 10.000 habitantes, existiriam, em 1950, apenas 204 aglomerados urbanos que mereciam aquela designação, no ponto de vista da geografia”.

Este inexpressível número, comparado à extensão do território brasileiro, é reflexo do tardio processo de urbanização brasileira, que veio a ocorrer através da intervenção do Estado. A maior parte destes 204 aglomerados foram fundados a partir século XVI nas regiões costeiras do país – Sul, Leste e Nordeste, pois, era onde se encontrava o poder econômico. Em relação a esta fase da urbanização brasileira o autor argumenta:

A urbanização do nosso país só teve início, realmente, depois que se iniciou a colonização e foi instituído o regime das Capitânicas. De fato, conforme rezavam as cartas-régias, os donatários tinham o direito de fazer todas e quaisquer povoações que se chamarão Vilas. (AZEVEDO, 1994, p.28).

Os núcleos de povoamento do Brasil colônia, sobretudo os que surgiram no litoral brasileiro serviam primeiramente para o policiamento contra a invasão de franceses e tráfico de pau-brasil. Apesar de apresentarem grandes precariedades e pouca função econômica, tais aglomerados representaram nossos passos iniciais para a formação dos primeiros núcleos de organização político-administrativo. (AZEVEDO, 1994).

Quanto à urbanização do Centro Oeste brasileiro, com destaque para a região mato-grossense, observamos que só teve início a partir do século XVIII, quando a atividade mineradora de exportação e a pecuária de cunho direcionado basicamente ao abastecimento interno da região, possibilitaram o surgimento dos primeiros aglomerados que deu origem a Cuiabá-MT.

² Ver: ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

A forma diferenciada com que as regiões do território brasileiro foram sendo ocupadas resultou em uma divisão territorial que define distintos ritmos e graus de crescimento econômico. Como exemplo desta diferenciação, a região Centro Oeste e o espaço mato-grossense, foram pensados por muitos anos como “vazios demográficos”, cujas áreas serviriam para as atividades agropecuárias. Sendo conferido este papel na divisão territorial do trabalho desde o período colonial até o ano de 1970 (ABREU, 2001).

1.1 O processo de ocupação e consolidação do Sul de Mato Grosso

No contexto histórico, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, compreendiam um mesmo território, que se desmembrou em dois estados no ano de 1977. Vale destacar, que o início do processo migratório e de povoamento regular da então província de Mato Grosso, se deu a partir do século XIII, através de núcleos urbanos que praticavam as atividades de mineração e pecuária.

Ao final do século XVIII havia também na região, núcleos militares com o interesse em proteger a fronteira. Segundo Lima a autora destaca:

A província de Mato Grosso vivia quase isolada das demais [...] foi anexada ao país pelos bandeirantes, entretanto, por ser distante da corte e sem acesso rodoviário, ficava a mercê. Levavam-se meses para chegar à corte, partindo de Cuiabá e vice-versa. Havia dois caminhos: pelo primeiro saía-se do Rio de Janeiro, por mar, até o Porto de Santos, daí por terra até a província de São Paulo, Santana do Parnaíba, coxim e finalmente Cuiabá; pelo segundo caminho deslocava-se por mar até o estuário do rio da Prata, depois, via fluvial subia-se o rio Paraguai, o São Lourenço e por fim o rio Cuiabá. A província de Mato Grosso vivia quase isolada das demais (2006, p. 15).

Assim, a dificuldade de acesso à região, isolava-a do restante do Brasil. Desta forma, a área estava sob cobiça para possível invasão, que veio a ocorrer entre os anos de 1864 a 1870 na guerra do Paraguai.³

Com o declínio da atividade de mineração em meados do século XVIII o espaço passou a ser reorganizado para a prática de outras atividades. Segundo Abreu (2001, p. 46) “o espaço estava organizado a partir de substituição de importações e da ampliação das fazendas de criação de gado bovino, engenhos de açúcar, pequenas propriedades agrícolas para

³ Refere-se ao conflito armado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai). Teve início a partir de 1864 e encerra-se em 1870 com a derrota do Paraguai.

subsistência e, também para abastecimentos de mercados urbanos existentes, mesmo que incipientes”.

Segundo Duarte (1989, p. 16) *apud* Abreu (2001, p.46):

O isolamento do Centro Oeste, pela inexistência de rodovias para os grandes centros de concentração de produção e consumo, influía para sua pouca integração ao mercado nacional. O espaço intra-regional era um conjunto de núcleos e áreas não articuladas entre si. Quando o Centro Oeste foi identificado, na década de quarenta, como Região, estava à margem do processo de acumulação capitalista, verificada em São Paulo.

Observamos de acordo com o autor, que já havia uma diferenciação territorial resultante do modo capitalista de produção. Enquanto o Centro Oeste era pensado como “vazio demográfico”, a região Sudeste, com destaque para São Paulo, se encontrava em processo de acumulação do capital. Em decorrência da crise do café de 1929, que teve repercussão global, houve necessidade de diversificação da produção. Com isso, no Brasil foram adotadas políticas voltadas à industrialização, o que se deu especificamente na região Sudeste devido ao investimento do capital da atividade cafeeira que passava por um reordenamento (ABREU, 2001).

Assim Abreu destaca que:

Embora aparentemente desarticulado, nas primeiras décadas do século XX o espaço oestino nada tinha de “vazio”. É importante indicarmos, em Mato Grosso, a existência de cidades que se originaram nas áreas de garimpo, destilarias, engenhos e usinas de açúcar [...]; uma imensa área de campos para a exploração dos ervais nativos do Cone Sul mato-grossense; grandes fazendas de gado de criação extensiva no Pantanal; cidades e propriedades que surgiram depois da Guerra do Paraguai; lavouras de cereais [...]; bem como povos indígenas disputando terras com os colonizadores (2001, p. 46).

Neste sentido, mesmo que o espaço não apresentasse ligação entre suas partes, e nem integração com o restante do país, a existência de cidades no entorno das áreas de atividades econômicas mostram que Mato Grosso não se configurava como “vazio”. Vale destacar, que como reflexo da Lei das Sesmarias, o território mato-grossense até o início do século XX apresentava-se dividido em grandes propriedades rurais, cujos proprietários eram em sua maioria de origem estrangeira. Sendo assim, as atividades econômicas estavam voltadas para a exportação. Desta forma, esta organização espacial não contribuía para a integração interna e não desenvolvia a ampliação dos meios de comunicação, vias de circulação e núcleos

urbanos, deixando transparecer um aspecto de “vazio”, ideologicamente reproduzido para estimular a migração (ABREU, 2001).

Já nos referindo à Companhia Matte Laranjeira, esta teve sua origem após a Guerra do Paraguai, em que passou a explorar a erva-mate nativa do Sul do então Mato Grosso, aproveitando-se do mercado platino consumidor e da mão-de-obra de paraguaios (ABREU, 2001).

Em relação ao papel desta companhia para o desenvolvimento do espaço matogrossense, Abreu (2001, p. 48) defende que: “A Companhia Matte Laranjeira, teve um papel expressivo na ocupação da fronteira, influenciando no surgimento de povoados e pequenos trechos de via de transporte rodoviário e ferroviário para o escoamento do produto”.⁴

A Companhia Matte Laranjeira também desempenhava o papel de barreira que impedia possíveis invasões, defendendo a área, inclusive de invasão de migrantes sem-terra. No entanto, no que se diz respeito à economia regional e nacional, representava papel secundário, pois se tratava de uma economia voltada para fora, a erva era transportada como matéria-prima para a Argentina, onde era beneficiada, assim, a porção Sul de Mato Grosso cumpria apenas o papel de cultivo, sem agregar valor. Sendo assim, a principal atividade econômica do Centro Oeste e do Mato Grosso era a pecuária (ABREU, 2001).

Ainda quanto às atividades econômicas do Mato Grosso no início do século XX, destacam-se, a exploração da borracha na porção Norte; o extrativismo da poaia a Noroeste; a presença das usinas de açúcar no Pantanal; grandes áreas de criação de gado e exploração da erva-mate ao Sul (ABREU, 2001).

Abreu demonstra assim, por meio da figura 02 a localização das principais atividades econômicas do Mato Grosso no início do século XX. Com relação à parte Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, na figura referida destacamos a localização onde hoje se encontra o município de Jardim-MS. Deste modo, observamos a partir das discussões de Abreu (2001) que o espaço estava organizado em grandes áreas rurais destinadas a prática da

⁴ O transporte da erva era realizado através de carretas de boi até chegarem aos portos do rio Paraguai. Este trajeto da erva era muito desgastante para os transportadores que não encontravam pontos onde pudessem descansar, pois, tinham que passar por diversas áreas despovoadas. Com a preocupação em encontrar soluções para este problema, começaram a ser instalados postos de atendimento onde era realizada a troca de condutores e animais que puxavam as carretas. Posteriormente estes postos passaram a se tornar povoados. Com a ampliação da área de abrangência da Companhia, passaram a ser abertas linhas férreas e estradas para o escoamento da produção. Tanto os trajetos antigos quanto os novos, influenciaram o fortalecimento dos povoados e contribuíram para o surgimento de outros. Podemos citar como exemplos: a cidade de Caarapó, onde se encontrava a sede da Companhia; a cidade de Ponta Porã, responsável pela taxa da erva; e Porto Murinho, que escoava a erva para a Argentina (SILVA, 2010). Ver: SILVA, Jovam Vilela. A Multifase da Empresa Matte Laranjeira: Um truste encravado no Sul de Mato Grosso (1882 a 1950).

pecuária, com a presença/proximidade do prolongamento dos eixos ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

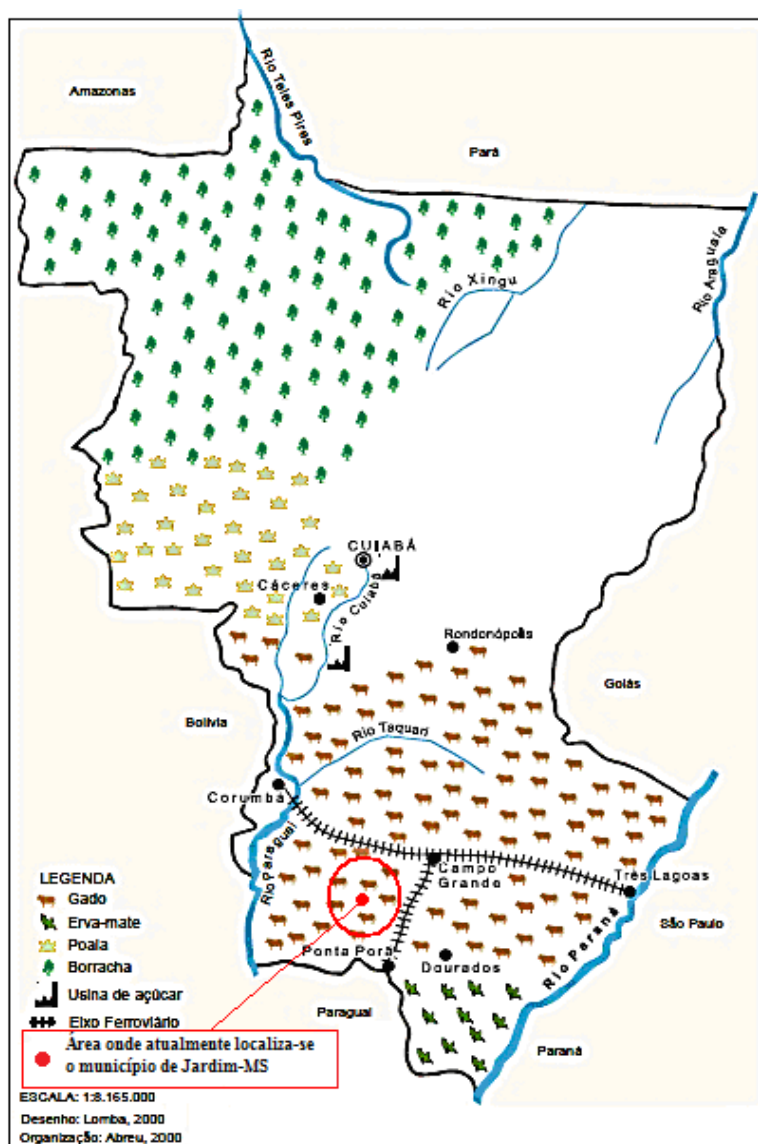


Figura 02 – Atividades econômicas do Mato Grosso no início do século XX.

Fonte: ABREU, 2001.

Organização: SHIWA. R. M, 2013.

A configuração de “vazio demográfico” da região Centro Oeste discutida por Abreu (2001) é decorrente do aparente isolamento em relação à região desenvolvida, isto é, o Sudeste. No entanto, tal condição passa a ser alterada a partir do início do século XX, através da “Marcha para o Oeste”, programa de colonização implantada no governo de Getúlio Vargas, defendendo o discurso de integração nacional. Nesse sentido, o governo passa a criar políticas de incentivo às migrações para as áreas tidas como desocupadas. Em razão da nova “Fase de Industrialização do Mercado Nacional”. Assim, o Centro Oeste assume o papel na

divisão territorial do trabalho, de extensão do Sudeste, produzindo matéria-prima para a região industrializada. Mais do que adotar esse papel de subordinação ao Sudeste, a região passa a absorver migrantes de outras regiões do país, recebendo assim, grande contingente de nordestinos, paulistas, sulinos, entre outros (ABREU, 2001).

Podemos verificar através dessa discussão, que o processo de ocupação centrado em políticas que visavam o desenvolvimento nacional e regional, foi idealizado em razão da preocupação do governo em atender as necessidades do capital por meio de pontos urbanos nas áreas de fronteiras que se encontravam até então praticamente desocupadas. Sendo assim, estavam presentes: a preocupação do governo em amenizar os conflitos existentes em outras regiões, sobretudo no nordeste, atraindo imigrantes desta região para o Centro Oeste; Consolidar as áreas de fronteira; ampliar os gêneros alimentícios e a produção de matéria-prima para abastecer os centros industriais do Sudeste; e atrair grande contingente de migrantes, criando-se assim, um novo mercado consumidor para os produtos industrializados do Sudeste.

1.2 Histórico da fundação do município de Jardim – MS

O processo de incorporação da região onde se localiza o município de Jardim-MS está relacionado ao papel exercido pela Comissão de Estradas de Rodagem nº. 3 (C.E.R.-3), que desempenhou importante papel no desenvolvimento de vários municípios da região Sul de Mato Grosso.

Nas primeiras décadas do século XX, em decorrência da idéia de uma ligação do espaço mato-grossense com o Sudeste, visando uma “integração” nacional, houve o prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil de São Paulo até Corumbá (ABREU, 2001).

Neste sentido, Abreu (2010) fazendo referência à ocupação demográfica da região, e ao que mais tarde dá origem ao Mato Grosso do Sul, a autora demonstra que a porção Sul do antigo Mato Grosso, em 1920, comportava mais da metade da população. E assim, nas palavras da autora:

A expansão de ferrovias para o Oeste contribuiu para o reordenamento urbano regional [...] estimulou a indústria pastoral e atraiu imigrantes. Assim, o sul mato-grossense, em 1920 já comportava mais da metade da população do antigo Estado, fato que contribuiu para a formação de mais povoado e o fortalecimento de outros, que se tornaram municípios até 1930.

É o caso de Aquidauana, Campo Grande, Nioaque, Bela Vista, Três Lagoas, Rio Brilhante, Maracaju, Ponta Porã e Porto Murtinho (2001, p. 53).

Observamos assim, que o prolongamento da ferrovia contribuiu para o surgimento e fortalecimento de municípios. Entre eles, deve-se destacar Aquidauana e Porto Murtinho, pois, Jardim enquanto povoado teve origem a partir de projeto de desenvolvimento implementado pelo Estado por meio da C.E.R.-3 na proposta de ligação por estradas entre os dois municípios citados.

Diante disto, para o processo de ocupação, colonização e integração do espaço mato-grossense e da cidade de Jardim, faz-se necessária a construção de rodovias que proporcionaram além da ligação entre Mato Grosso à região Sudeste industrializada, a ligação intra-regional dos municípios. Desta forma, a lógica das mudanças provocadas pelo transporte ferroviário e rodoviário, deve ser entendida não apenas do ponto de vista econômico, mas também, como estratégia de integração territorial (ABREU, 2001).

1.3 A C.E.R.-3 e o povoamento de Jardim – 1945

Em 1934, pelo projeto de construir uma rodovia que ligasse o Município de Aquidauana à Porto Murtinho e a Bela Vista, o Presidente Getúlio Vargas com o discurso de integração nacional designou o 6º Batalhão de Sapadores⁵ para a construção desta rodovia de ligação. O 6º batalhão transferiu sua sede para Nioaque a fim de realizar melhorias nas linhas Nioaque – Aquidauana e Nioaque – Bela Vista. Em 1936 houve o deslocamento da sede de Nioaque para a margem direita do rio Miranda, onde se localizava a então vila Patrimônio Guia Lopes. Em 1939 o 6º Batalhão de sapadores foi transformado em 6º Batalhão Rodoviário, mudando definitivamente a sede no ano de 1939 para a margem esquerda do rio, em terras da Fazenda Jardim de propriedade do Sr. Fábio Martins Barbosa. Em 1945 o 6º Batalhão Rodoviário é extinto, sendo assim instituída a Comissão de Estradas de Rodagem nº. 3 (C.E.R.-3) (LIMA, 2006).

Os operários vinculados a C.E.R.-3 viviam em situações precárias, pois, os operários não realizavam benfeitorias no local, uma vez que poderia ser ordenado que se retirassem da propriedade a qualquer momento. Nessas condições, o Major Alberto Rodrigues da Costa,

⁵ Unidade de Engenharia do Exército sediada em Aquidauana.

chefe da C.E.R.-3, adquiriu uma área da Fazenda Jardim e loteou aos operários⁶ (LIMA, 2006).

Segundo Lima (2006, p. 26) “No dia 14 de maio de 1946, o Major Alberto Rodrigues da Costa fez uma reunião com os civis e militares candidatos aos lotes e disse que os primeiros que adquirissem os terrenos seriam considerados fundadores da nova comunidade que iria surgir”.

A área, depois de loteada, passou a se chamar “Vila Jardim”. Alberto Rodrigues da Costa idealizava que através da colaboração dos moradores e amparo das autoridades federais, a vila viesse a se tornar uma cidade, privilegiada pela presença de terras férteis. A data da assinatura da ata de entrega dos lotes é considerada a data de criação do município (LIMA, 2006).

A Vila Jardim foi se desenvolvendo, de forma que tudo girava em torno da C.E.R.-3. Nesse órgão, tinha tudo o que podia trazer conforto aos funcionários, civis e militares: um armazém, uma escola, um laboratório de análises de solos, equipamentos (tratores modernos, carros de passeio, caminhões, bomba de gasolina e óleo diesel que fornecia energia elétrica para a cidade inteira), fábrica de concreto, farmácia, um hospital de pequeno porte, laboratório de análises clínicas, consultório odontológico, oficina mecânica, tornearia, açougue e padaria (LIMA, 2006).

Em relação ao processo de comercialização na Vila Jardim, Lima argumenta:

Para as compras existia um sistema de limite que era uma quantia determinada pelos chefes de quanto o funcionário poderia gastar a cada mês para a família não passar necessidade. Houve um tempo em que o dinheiro da união não chegava e a chefia resolveu instituir um dinheiro próprio, o Boró (2006, p. 68).

Segundo o Plano Diretor de Jardim (2012, p. 3) “Logo após o término da rodovia, a C.E.R-3 permaneceu na região sendo extinta em 1986, dando lugar à 4º CIA E COMB MEC, ligada ao Comando Militar do Oeste”.

⁶Considerando a circunstância de que tal situação fazia com que os operários da Comissão morassem em verdadeiros barracões os quais não obedeciam aos mais elementares princípios de higiene que muito concorria para agravar o estado sanitário desta sede com uma série de epidemias; considerando que em tal situação não era lógico exigir dos operários que investessem algo de seus salários em benefício de sua casa própria, resolvi adquirir do Sr. Fábio Martins Barbosa 389.489,60 m² de terras situadas na rodovia Aquidauana-Bela Vista, local onde esta sediada a comissão construtora de estradas de rodagem para o estado de Mato Grosso (LIMA, 2006, p. 27). Sobre o processo de aquisição e loteamento da área ver: LIMA, Rita Carmem Braga. Jardim: história de uma cidade. Jardim-MS. Editora Limotype. Ed. Gráfica Bodoquena, 2006.

Jardim foi durante sete anos, Distrito de Bela Vista, o período que se estende de 14 de maio de 1946 a 11 de Dezembro de 1953, caracteriza-se como a fase do seu processo de emancipação político-administrativo. A cidade foi se desenvolvendo e com o passar dos anos foi se destacando como uma líder na região, conhecida como “A Caçula do Sudoeste”⁷ (LIMA, 2006).

1.4 Aspectos Urbanos de Jardim-MS

De acordo com o Plano Diretor de Jardim⁸:

O município de Jardim possui 2.201,52 km², sendo que cerca de 83% de sua área é rural. A maioria das fazendas se dedica à criação de gado de corte, e as vastas pastagens são uma forte característica da paisagem do município. O perímetro urbano da sede de Jardim, definido pelo decreto n°. 018/2010 em, 01 de março de 2010, possui área total de 12.038.885,36 m² e perímetro de 21.469,40 m. Toda a ocupação urbana da sede está inserida no perímetro urbano, que ainda inclui áreas vazias para futura expansão. A maioria da população de Jardim vive na área urbana, especialmente na sede, que abriga cerca de 93% da população do município (2010, p. 152).

No quadro 01 que segue abaixo, podem ser observadas a distribuição da população nas áreas urbana e rural e a taxa do processo de urbanização de Jardim-MS entre os anos de 1970 e 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

	1970	1980	1991	2000	2010
População Total	10.460	13.817	19.325	22.542	24.363
Urbana	7.052	11.046	17.601	20953	22758
Rural	3.408	2.771	1.724	1.589	1.605
Taxa de Urbanização	67,41%	79,94%	91,08%	92,95%	93,41%

Quadro 01: População por situação de domicílio em Jardim – MS entre 1970 e 2010.

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios e IBGE Censo Demográfico.

⁷ Pela Lei n°119 de 13 de setembro de 1948 o prefeito de Bela Vista Álvaro da Siqueira Mascarenhas criou o Distrito de Jardim porque a Vila Jardim estava dentro dos limites do Município de Bela Vista. Pela Lei Estadual n° 677/53 foi criado o município de Jardim no dia 11 de dezembro de 1953 (LIMA, 2006, 49).

⁸ Os Planos Diretores Municipais são documentos elaborados particularmente por diversos municípios, entre eles Jardim-MS. O planejamento e elaboração deste plano é produto de contribuições e expectativas da sociedade local, elaborados através da construção coletiva realizadas em reuniões e audiência pública. Os pré-projetos de leis inseridas no documento contêm os resultados de trabalho e discussões realizadas, onde estão apresentados os princípios, objetivos, diretrizes, metas, estratégias, políticas de ação, instrumentos de gestão urbana e territorial, programas de ação, macrozoneamento territorial, sistema de acompanhamento e controle e demais ações necessárias à implementação do Plano Diretor. O planejamento é um processo contínuo, tendo em vista a necessidade da realização de constantes revisões que possam melhor desenhar as ações que deverão ser aplicadas para toda a sociedade (PLANO DIRETOR DE JARDIM, 2012).

Na figura 03 podemos observar a planta de Jardim-MS, onde a área delimitada na cor vermelha mostra os limites do perímetro urbano.

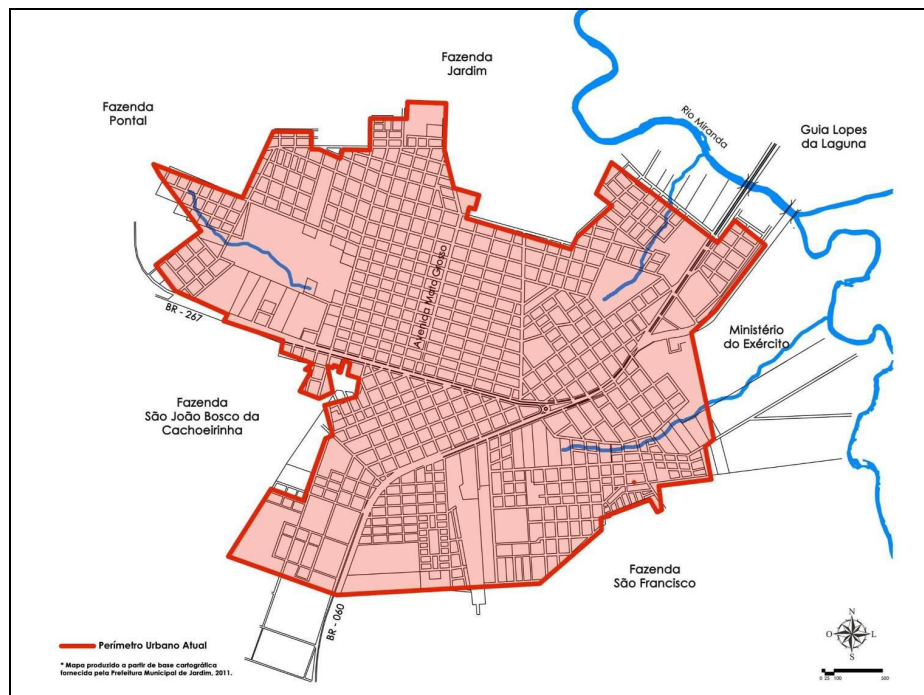


Figura 03: Planta do Perímetro Urbano de Jardim.
Fonte: Plano Diretor de Jardim, 2012.

Ao analisarmos o espaço urbano constituído no município em questão, observamos que o mesmo apresenta diferentes configurações no que diz respeito à taxa de ocupação. Deste modo encontramos essa identificação no documento do Plano diretor do município, que em 2012 menciona que:

A sede municipal é bastante espalhada no território e poderia ser melhor adensada ocupando-se os inúmeros lotes vazios. O espaço urbano da sede é formado por malhas reticulares cortado pelas curvas das estradas BR 060 e BR 267 e com alguns grandes vazios urbanos formados por algumas chácaras remanescentes e vários lotes não ocupados (2012, p. 156).

No mesmo sentido, Gomes (2012) demonstra que há em Jardim-MS um número significativo de chácaras e lotes vazios em meio ao tecido urbano. O autor ressalva que esses vazios são resultantes do fato de que em decorrência do monopólio da terra, proprietários decidiram por não loteá-las, seja em razão da especulação, ou do não interesse neste investimento. Observamos, contudo, que para Gomes tais espaços continuam agregando valor proveniente da produção espacial ao seu entorno, bem como acarretou na produção de

loteamentos desconexos do tecido urbano, contornando o espaço das chácaras⁹ (GOMES, 2012).

Ainda de acordo com o Plano Diretor de Jardim (2012, p. 156) “Estes espaços vazios contrastam muito com a malha urbana ocupada [...] e impedem a formação de um conjunto urbano mais coeso, além de contribuírem para a especulação de terras e para a expansão urbana sobre áreas rurais limdeiras ao perímetro urbano”.

Partindo desta idéia, a paisagem se contrasta com construções urbanas descontinuadas por espaços vazios de especulação imobiliária. Levando ao processo de crescimento da malha urbana para as áreas rurais limítrofes ao perímetro urbano.

⁹ Ver: GOMES, Igor Ronyel Paredes. O Processo de Produção dos Vazios Urbanos na Cidade de Jardim-MS – Jardim [s.n], 2012.

CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS DO CAMPO E DA CIDADE

2.1 A paisagem como categoria de análise do espaço

O estudo da paisagem, assim como as outras categorias do conhecimento geográfico, contribuiu para a sistematização da geografia enquanto ciência. Tempos atrás se utilizava dos estudos da paisagem para a descrição e catalogação dos aspectos físicos das diversas partes do mundo. Esta geografia descritiva retratava e atendia as necessidades de organização espacial da época.

Ocorre, porém, que em decorrência das mudanças que o território vai conhecendo ao longo do tempo, em suas formas de organização, acabam por invalidar os conceitos do passado e passa a obrigar a constante renovação das categorias de análise. Cabe à Geografia trilhar novos caminhos que busquem não só a descrição, mais que analisem também, os elementos que integram o espaço. (SANTOS, 1988).

Segundo Santos (1988, p. 66) “A paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons e etc.”

Nas palavras de Santos:

A paisagem é uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais complexo exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso, o entendimento do fato geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos (1988, p. 68).

Assim, a paisagem é resultante da disponibilidade de técnicas e a possibilidade de domínio do homem sobre elas. Na medida em que o homem cria novas ferramentas, há uma nova forma de (re) produzir o espaço. Desta maneira a paisagem esta diretamente relacionada ao domínio da técnica e a dinâmica que determinados recortes espaciais assumem socialmente.

A paisagem e o espaço não são categorias similares, porém se complementam. A primeira é formada por objetos materiais e não materiais, dando forma a um determinado

momento da sociedade, como em uma fotografia. O espaço é esse movimento da sociedade materializado espacialmente. (SANTOS, 1988)

Neste sentido, a paisagem pode se modificar dependendo das relações sociais que estão ocorrendo em determinado momento. Na medida em que vão se constituindo novas relações o domínio do visível (paisagem) muda, e conseqüentemente o espaço. O espaço seria então, a totalidade das relações sociais materializados através de diferentes tempos.

Carl Sauer propôs que devemos considerar dois tipos de paisagens, a natural e a artificial. De forma que para o pensador, a paisagem artificial é aquela que foi transformada pelo homem recebendo adições e subtrações através da produção humana constituindo a (re) produção do espaço. Enquanto que a paisagem natural é aquela que não sofreu intervenções pelo esforço humano (SANTOS, 1988).

Podemos sugerir o espaço urbano como exemplo de paisagem artificial que sofreu adições ao seu modo natural, através da construção de ruas, casas, comércios, instituições etc. Onde as contradições se materializam como manifestação da relação tempo – espaço, onde pode ser observada a espacialização de diferentes classes sociais. Ou seja, no centro da cidade, vemos em sua paisagem a presença de comércios, serviços, casas de luxo e maior concentração e qualidade em infraestrutura. Em contrapartida, quanto mais nos afastarmos do centro da cidade, mais ficará presente na paisagem, casas simples e menos presença de equipamentos infraestruturais.

O espaço rural, no entanto, não pode ser considerado como paisagem natural, visto que neste o homem também agrega modificações sobre o espaço e o transforma a seu benefício. Porém, comparado ao espaço urbano, apresenta paisagens menos artificiais (campos cultivados ou áreas de pastagem).

A paisagem natural seria então, algumas áreas de florestas, montanhas, oceanos, entre outras, que ainda não foram fisicamente tocadas pelo homem, e que desta forma ainda apresentam sua formação natural.

Quanto à importância da paisagem como categoria da geografia que nos auxilia na compreensão do espaço Cavalcanti argumenta que:

A observação e a compreensão da paisagem servem para dar caminhos de análises do espaço [...]. São também dinâmicas e históricas. Pode-se dizer assim que pela observação dos objetos da paisagem percebem-se as ações sociais, as contradições sociais, as testemunhas de ações passadas, de distintos tempos (2010, p. 51-52) grifo nosso.

A autora propõe que a paisagem é uma dimensão de formas dinâmicas e históricas, ou seja, ela muda em função da utilização que o espaço assume socialmente no decorrer de seu processo evolutivo.

2.2 Aspectos do campo e da cidade

Como fator/critério para diferenciar o campo da cidade, Souza (2010) destaca a adoção do limite demográfico mínimo, muito utilizado para conceituar o que é cidade, a este respeito o autor aponta dois pontos, um positivo e outro negativo, demonstrando que:

Fixar um limite mínimo, em matéria de número de habitantes, como forma de se estabelecer o que é cidade e o que não é que é o jeito mais cômodo de se enfrentar a tarefa prática de distinguir entre núcleos urbanos e rurais, desde que se proceda a isso tomando por fundamento um conhecimento sólido da realidade sócio-espacial do país em questão. No entanto, essa solução ajuda muito pouco na hora de se entender o que é uma cidade [...] (2010, p. 29).

Em relação à ineficácia no que se refere à compreensão das relações intra-urbanas apresentadas pelo critério demográfico, ao tratar que este não oferece dados que expliquem a funcionalidade espacial, Souza (2010, p. 31) argumenta “[...] o que explica as características econômico-espaciais, em matéria de diversificação, sofisticação e centralidade, é o que ela representa enquanto mercado [...] mas também o nível e a distribuição da renda e as características históricas e culturais dos consumidores”.

Partindo da idéia do estudioso, ao utilizarmos como critério conceituador de cidade apenas a questão demográfica, esta não nos ajudará a entender a dinâmica socioeconômica, uma vez que devem ser levadas em conta outras características presentes no espaço urbano. Isto é, uma cidade pode ser pequena, mais apresentar um potencial de mercado que torne possível a diversificação econômica do espaço, e atraia assim um grande mercado consumidor, uma vez que esta mesma cidade proporcione aos seus moradores boas condições de distribuição de renda.

Pautando-se nas idéias do sociólogo alemão Max Weber, Souza (2010, p. 25) expõe que “a cidade é, primordial e essencialmente, um local de mercado. Apesar de nem todo “local de mercado” ser uma cidade, toda cidade é um local de mercado, onde se dá um intercâmbio regular de mercadorias”.

Souza (2010, p. 25) também destaca a importância do economista e geógrafo alemão Walter Christaller ao argumentar que “Pouco mais de uma década da publicação de Weber, Christaller deu uma contribuição importante, introduzindo o conceito de localidade central”.

Partindo deste princípio encontramos em Souza (2010) o conceito de que:

Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade, ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro e até de outros países (2010, p. 25).

Assim compreendemos que há uma diferenciação entre os centros urbanos de uma mesma região, de forma que se estabelece uma hierarquia urbana em relação ao contexto regional. Neste sentido, como já citado anteriormente, em função de sua localização geográfica privilegiada, a cidade de Jardim-MS tem destaque como pólo regional, disponibilizando em sua sede, serviços que atendem não só o local, mais também outros municípios.¹⁰

Referindo-se as paisagens do espaço de uma cidade capitalista, Souza ao ver a cidade como um objeto complexo e de difícil definição argumenta:

A cidade é, sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não agrícola e de comércio e oferecimento de serviços [...] ocorre, porém, que a coisa não é tão simples, porque às vezes podem ser encontradas extravagâncias espaciais como plantações de hortaliças, verduras e legumes [...] nas bordas da cidade, é comum existir uma faixa de transição entre o uso da terra tipicamente rural e o urbano (2010, p. 27).

Identificamos a discussão apresentado por Souza (2010) em Jardim-MS, ao identificarmos que algumas áreas ao longo do perímetro urbano são destinadas à produção de hortaliças. É o caso da Horta Vila Angélica II, localizada na porção norte do perímetro urbano. Na figura 04 podemos verificar a proximidade do terreno onde são desenvolvidas tais atividades, com as residências na vila citada.

¹⁰O município de Jardim-MS também é ponto de passagem, pois é cortada pelas rodovias BR 060, acesso à Campo Grande-MS e Bela Vista-MS. E a MS 267 (Antiga BR 267 transferida para jurisdição estadual em 2003) acesso à Porto Murtinho-MS.



Figura 04 - Horta na paisagem de Jardim - MS – localizada na Vila Angélica II.
Fonte: SHIWA, R. M. Pesquisa de Campo, 2013.

Podemos observar que a figura 04 compreende um recorte da paisagem urbana de Jardim-MS, onde a propriedade foi direcionada para a produção de hortaliças. Vale destacar que em alguns casos, o domínio do visível (a paisagem) apresenta um aspecto “mais natural - rural”, onde são comuns áreas “ocupadas” pelo cultivo de mandioca, podendo haver uma lógica especulativa aguardando que tais espaços sejam transformados futuramente em loteamentos populares, condomínios fechados, ou empreendimentos comerciais, dependendo da sua localização e do interesse do capital (SOUZA, 2010, p. 28).

A este respeito Vale e Gerard argumentam que:

A transformação dos usos do solo pode provocar a elevação nos preços [...] com isso, a terra rural passará a ser negociada em metros quadrados e não mais em hectares. A manifestação da especulação imobiliária pode ocorrer, então tanto na venda dos lotes quanto na sua “estocagem” para venda posterior (2006, p. 238).

Desta forma, os espaços rurais próximos às cidades podem se tornar espaços urbanos como consequência da passagem do tempo e dos interesses sociais que esses espaços podem assumir, isto, se a renda obtida pela venda do solo para fins urbanos possa vir a garantir aos proprietários maior lucro que a produção agrícola. Podemos sugerir como exemplo o processo de crescimento da zona urbana que se direciona para o campo, mudando a paisagem e as

relações espaciais. Na figura 05 Podemos observar a implementação de um conjunto habitacional popular na faixa periférica da cidade de Jardim-MS.



Figura 05 – Conjunto habitacional popular na paisagem de Jardim - MS.
Fonte: SHIWA, R. M. Pesquisa de Campo, 2013.

Observamos que essa área fazia parte de uma Fazenda cujo proprietário optou por lotear. Nessa situação verifica-se o processo de incorporação de áreas rurais pelo processo de crescimento horizontal da cidade.

O avanço da urbanização é decorrente da demanda pelo uso do solo urbano, levando as cidades a expandirem seus domínios territoriais sobre os espaços rurais, os quais possuem características socioeconômicas distintas do espaço urbano. Sendo assim, os espaços rurais mais próximos vão se integrando à cidade, onde este fator é fortalecido pelo rompimento das barreiras decorrente dos avanços tecnológicos dos meios de transporte e comunicação (VALE e GERARD, 2006).

Ocorre, no entanto, que nas bordas da cidade encontram-se as áreas denominadas periurbanas. Em relação a estas áreas Vale e Gerard (2006, p. 237) as conceitua como “as zonas de transição entre cidade e o campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo”.

Assim consideramos que há uma faixa de transição entre a cidade e o campo, em relação a esta faixa de transição Souza (2010) explicita que:

[...] Nela se encontram misturadas duas lógicas, por assim dizer, de uso da terra: a rural e a urbana. A lógica rural é a da terra enquanto terra de trabalho para a agricultura e a pecuária; o solo, aqui, tem valor não apenas devido à localização do terreno, mais também, um valor intrínseco, devido às diferenças de fertilidade natural. Já a lógica urbana é a do solo enquanto um simples suporte para atividades que independem de seus atributos de fertilidade: produção industrial, atividades terciárias, habitação e circulação (ruas, avenidas etc.) (2010, p. 27).

Assim, identificamos que há uma plurifuncionalidade da faixa de transição que compõe esse chamado espaço periurbano. De modo que pode variar no tempo, isto é, ele pode ser espaço de reserva da cidade ou do campo, da primeira, como área de interesse para possível expansão da malha urbana; do segundo, como área para o aumento da produção do campo. Neste sentido, a faixa de transição está sujeita às constantes modificações na configuração de sua paisagem, bem como nas atividades econômicas e relações sociais ali presentes, onde o nível de expansão urbana influencia sua configuração diretamente. (VALE e GERARD, 2006).

Importante destacar, que a mistura de usos do solo não é exclusividade do espaço periurbano, visto que a prática de atividades agrícolas também podem estar presentes em terrenos urbanos, assim, como não é incomum a presença de atividades urbanas (indústrias, comércios, entre outros) em áreas rurais. No entanto, devido à proximidade com o núcleo urbano, a plurifuncionalidade do espaço periurbano é tão grande, que sua paisagem pode sofrer transformações econômicas, sociais e físicas rapidamente. Sendo assim, a maior importância está em razão de sua plurifuncionalidade do que pelo fato de ser espaço urbano ou rural. (VALE e GERARD, 2006).

Ainda de acordo com Gerardi e Vale (2006) podemos observar que no espaço periurbano estão justapostos três tipos de espaços: 1) Espaços naturais - onde as atividades humanas pouco interferem na fisionomia do espaço, sendo seu valor ecológico; 2) Espaços rurais - possuem uso agrário e pecuário, associa-se na atualidade, àquela de servir como espaço vazio e de descontinuidade de aglomeração urbana; 3) Espaços urbanos - representados por bairros periféricos com presença de residências, comércios e infra-estrutura. (CORELLANO, 1998, p. 112 *apud* VALE e GERARD, 2006, p. 239).

Podemos verificar a idéia da autora na paisagem de Jardim-MS, onde estão presentes na área periurbana, os espaços naturais e os rurais. Sendo que todos os espaços urbanos da sede encontram-se inseridos dentro do perímetro urbano.

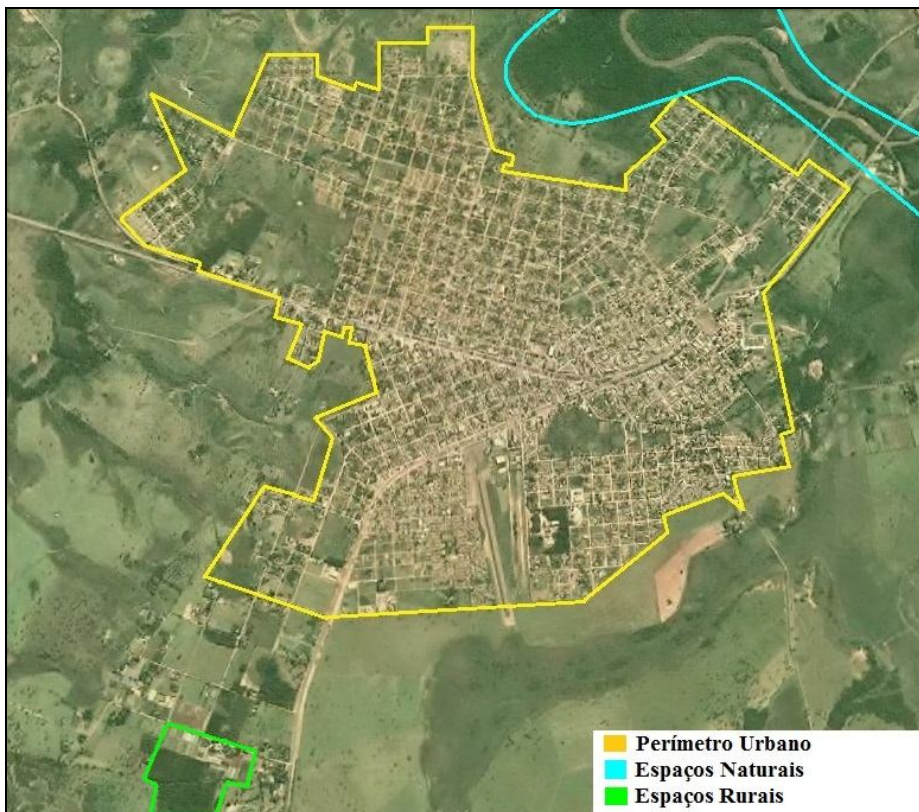


Figura 06: A plurifuncionalidade do espaço periurbano na paisagem de Jardim-MS.
 Fonte: Google Earth, 2013.
 Organização: SHIWA, R. M. Pesquisa de campo, 2013.

O espaço natural destacados na cor verde na figura 06 compreende uma área de APP (Área de Preservação Permanente) da mata ciliar do rio Miranda. O espaço rural marcado na cor vermelha refere-se a uma propriedade onde é desenvolvida a atividade de horticultura e cultura do eucalipto. Nota-se a proximidade dos espaços ao perímetro urbano delimitado na cor amarela.

Deve-se destacar que o presente trabalho não tem por proposta tratar todas as atividades desenvolvidas nas áreas próximas ao perímetro urbano da cidade de Jardim-MS, mais sim, algumas considerações referentes à produção de hortaliças.

CAPITULO III: A PRODUÇÃO DE HORTAS EM ÁREAS PRÓXIMAS DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE JARDIM-MS

Identificamos no recorte espacial de Jardim-MS a presença de atividades relacionadas ao cultivo de hortaliças em três diferentes regiões. A partir da figura 07 observamos a localização delas nas proximidades do perímetro urbano.

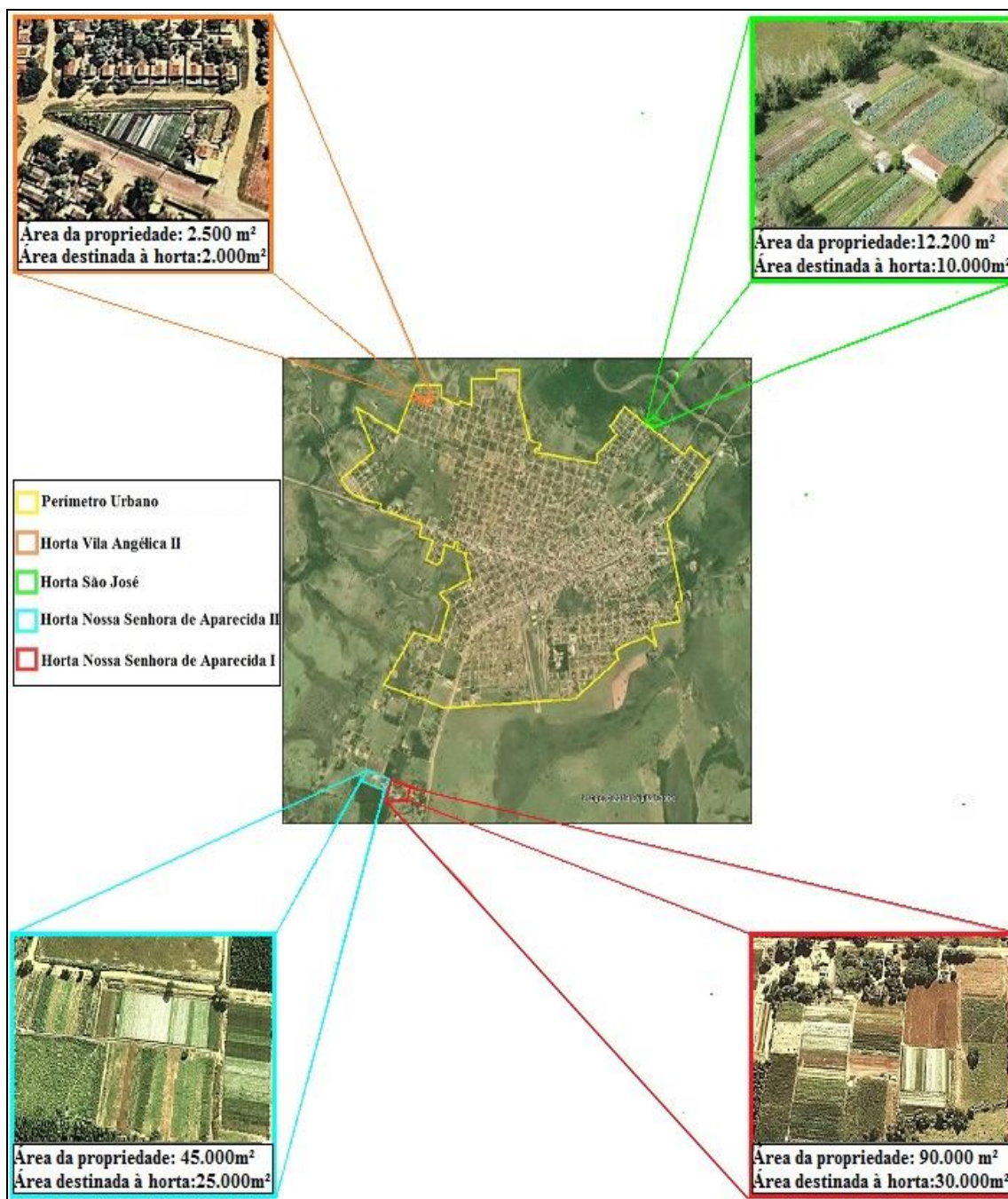


Figura 07: Localização das hortas produzidas na borda da cidade de Jardim-MS.

Fonte: Google Earth, 2013.

Organização: SHIWA, R .M. Pesquisa de Campo, 2013.

Sendo assim, apenas a Horta Vila Angélica II está incluída como lote/zona urbana. Quanto à Horta São José, que apesar da proximidade com a linha do perímetro urbano, a mesma está fora do espaço delimitado como urbano. Enquanto que no que diz respeito às Hortas Nossa Senhora de Aparecida I e II ambas estão localizadas na mesma região e são vizinhas, mas se diferenciam por estarem mais distantes da linha do perímetro urbano.

A Horta Vila Angélica II localiza-se na Rua Márcia Valéria de Freitas – Vila Angélica II - número 1470, cujo proprietário C. G. P. - 30 anos nos informou que a propriedade onde é desenvolvida a produção de hortaliças foi adquirida com dinheiro próprio no ano de 1990, pelos pais do horticultor. A horticultura passou a ser realizada a partir do ano de 1991 pelos pais do atual produtor, que recebeu a propriedade como herança. A propriedade possui 2.500 m² de área total, sendo 2.000 m² destinados à produção de hortaliças.

A Horta São José localiza-se na Rua Heróis da Pátria – Vila Carolina – número 480. O proprietário S. S. M. - 47 anos mencionou que a propriedade foi comprada com dinheiro próprio no ano de 2000. A área total corresponde a 12.200 m², sendo que 10.000 m² são destinados à produção de hortaliças. A atividade de horticultura é realizada pelo produtor desde a data da compra da propriedade.¹¹

A Horta Nossa Senhora de Aparecida I localiza-se na Rodovia Jardim-Bela Vista - Km 1 (BR 060) - Rua Leocádia Marçal. O proprietário J. B. - 54 anos decidiu comprar a propriedade no ano de 1996, como forma de investimento de recursos provenientes de herança. No entanto, o horticultor menciona que já desenvolvia a atividade inicialmente em outra área localizada na Vila Carolina, sendo que esta era de sua propriedade. Passou a produzir a horta na nova propriedade a partir da data de sua compra. Atualmente a área de extensão total é de 90.000 m², sendo 30.000 m² destinados a produção de hortaliças.

Segundo declarações do horticultor J. B. originalmente a área da propriedade totalizava 160.000 m². Em 1997, ele vendeu 45.000 m² ao lado esquerdo de sua propriedade para seu filho L. A. B. - 32 anos de idade. Em 2002, L. A. B. iniciou-se na atividade de horticultura, destinando 25.000 m² da área para a produção, assim, formou-se a Horta Nossa Senhora de Aparecida II. No ano de 1997, J. B. vende também 25.000 m² do lado direito de sua propriedade para outro filho L. B. - 28 anos. Nessa área formou-se a chácara 41, onde o proprietário também desenvolveu a produção de hortaliças a partir de 2002. Em abril de 2013, quando foram iniciadas as pesquisas a campo para o presente trabalho, foi identificada na Chácara 41, a produção de uma horta de 25.000 m². No entanto, em outubro de 2013, quando

¹¹ Esta propriedade pertencia a J. B. (dono da Horta Nossa Senhora de Aparecida I), que exerceu a atividade de horticultura na propriedade do ano de 1990 até 1995, vendendo-a ao atual proprietário em 2010.

foram realizadas as últimas pesquisas, constatou-se que o proprietário havia vendido a propriedade para um empreendedor que pretende implantar na área um conjunto residencial para fins de aluguel, visto que há especulação sobre a criação de uma Universidade próxima à área.

Sendo assim, serão levadas em conta as quatro hortas que na fase de conclusão do levantamento de dados permaneceram atuando na produção de hortaliças. Deste modo, não serão levadas em conta, informações referentes ao produtor L.B. que vendeu sua propriedade a qual será destinada à outra atividade.

Todas as propriedades onde são desenvolvidas as produções de hortaliças são também o local de moradia fixa dos produtores e de sua família, os quais trabalham em tempo integral no sistema produtivo. No quadro 02 podemos observar o tempo de atuação das hortas e o total de área plantada de hortaliças nas áreas próximas ao perímetro urbano da cidade de em Jardim-MS.

Hortas	Atuação	Tamanho da área plantada (m ²)	%
Vila Angélica II	1991 – 2013	2.000	3
Nossa Senhora de Aparecida I	1996 – 2013	30.000	45
São José	2000 – 2013	10.000	15
Nossa Senhora de Aparecida II	2002 – 2013	25.000	37
Total da área de cultivo de hortaliças		67.000	100

Quadro 02: Total da área de cultivo de hortaliças em Jardim-MS.

Fonte: SHIWA, R. M. Pesquisa de Campo, 2013.

Conforme podemos verificar no quadro 02 a área destinada para a produção de hortaliças compreende o total de 67.000 m² (6,7 ha), sendo que a área de produção de cada horta varia de 2.000 m² a 30.000 m². Neste sentido, verifica-se que o estabelecimento que apresenta maior área plantada é a Horta Nossa Senhora de Aparecida I que corresponde a 45% da área total dos empreendimentos avaliados. A horta Nossa Senhora de Aparecida II representa 37%, a Horta São José 15% e Horta Vila Angélica com 3%.

3.1 Propostas de zoneamento da sede municipal de Jardim-MS

Segundo o Plano Diretor de Jardim (2012, p. 327) “O zoneamento urbano do município tem por objetivo embasar o planejamento territorial, nos aspectos do

disciplinamento do uso e da ocupação do solo [...] delimitando zonas pelas suas vocações e condições físico-territoriais para a realização das ações previstas no Plano Diretor”.

Neste sentido, as zonas definidas no documento são destinadas aos usos pertinentes à área urbana seguindo critérios que evitem conflitos ambientais e busquem a segurança, a atratividade e o exercício da cidadania. Observamos que o planejamento pretendido busca a harmonia entre o uso urbano, a conservação, a preservação e a recuperação ambiental. Identificadas às condições de cada área, são determinadas propostas de zoneamento que orientam o direcionamento das futuras intervenções urbanas, seja para recuperação ambiental, para criação de novas áreas de preservação, para o desenvolvimento econômico e social, para a construção de habitações ou para a promoção cultural e turística da cidade (PLANO DIRETOR DE JARDIM, 2012).

Ainda segundo o Plano Diretor de Jardim (2012, p. 232) “O zoneamento das áreas urbanas de Jardim tem como principal propósito garantir um bom desempenho da função social da propriedade”

Sendo assim, com base no Estatuto das Cidades, mencionado no Plano Diretor de Jardim, que garante o bom desenvolvimento da função social da propriedade, o Art. 2º assegura:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (2012, p. 232).

Vale destacar que quanto ao Plano Diretor do Município de Jardim-MS as zonas de planejamento não foram delimitadas apenas nos espaços de abrangência do perímetro urbano. Foram agregadas também, as áreas próximas ao rio Miranda, as áreas de proteção ambiental, as áreas cogitadas para futura expansão do perímetro urbano e as áreas onde se pretende instalar indústrias ao longo da BR 060. Uma vez reconhecido que há uma divisão da Sede de Jardim-MS em zonas, verificam-se através da figura 08, a existência de zonas de planejamento urbano, com propostas aprovadas no documento final do Plano Diretor de Jardim (2012). Tais propostas são organizadas pelas políticas públicas e elegem ao espaço geográfico um zoneamento que define o tipo de intervenção humana que se aplicará sobre os espaços referidos, os quais determinam o processo de construção de diferentes paisagens.

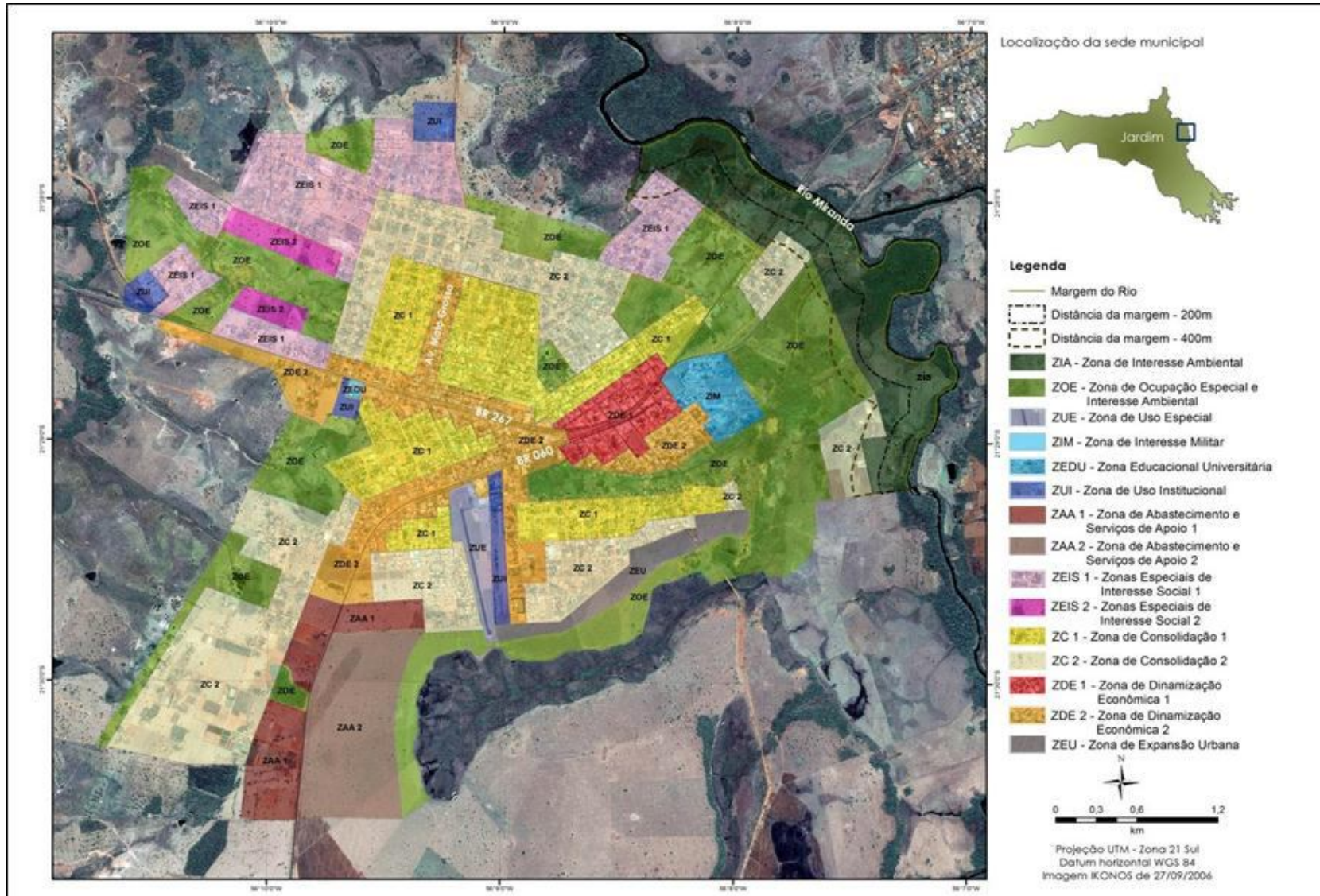


Figura 08: Propostas de Zoneamento da Sede do Município de Jardim-MS
Fonte: Plano Diretor de Jardim, 2012

Deste modo compreendemos que a Sede de Jardim-MS esta dividida em 15 zonas distintas em relação às propostas para futuras intervenções urbanas a serem implementadas. Trazendo um recorte espacial das zonas onde as hortas tratadas neste trabalho estão inseridas, observamos que a horta da Vila Angélica II esta inserida na Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1). Na figura 09 podemos observar a localização da horta dentro da área zona.



Figura 09: Horta da Vila Angélica II inserida na Zona Especial de Interesse Social 1.

Fonte: Google Earth, 2013.

Organização: SHIWA, R. M. Pesquisa de campo, 2013.

Segundo o Plano Diretor de Jardim (2012, p. 332) tais zonas “são definidas por áreas já ocupadas de assentamentos de população de baixa renda, que necessitam de melhorias de infraestrutura como asfalto e esgoto”.

Neste sentido, verifica-se que na zona em que a Horta da Vila Angélica II está localizada, compreende uma área já urbanizada. Mesmo havendo a necessidade de melhoria na qualidade da infraestrutura instalada, verifica-se que a área possui estruturas que valorizaram a propriedade, tais como, a proximidade com comércios, escolas, posto de saúde, farmácia, além de ter uma de suas ruas asfaltadas. Assim, ao questionarmos sob interesse em vender a propriedade o dono argumentou que dependendo da proposta, há interesse em vender a propriedade, pois, em decorrência da urbanização ao entorno de seu terreno, não há espaços para que a horta seja ampliada.

Ainda segundo o proprietário, a idéia de vender e comprar uma área maior é algo que já vem sendo programado. Sendo assim, verificamos que uma vez que houve a valorização da propriedade em decorrência da instalação de equipamentos de infraestrutura, e que a produção de hortaliças é limitada pelo tamanho da área disponível, verifica-se que na medida em que a

venda da terra proporcione ao proprietário maior lucro que a terra enquanto espaço de produção agrícola, tais espaços acabam por cederem lugar para o uso do solo para fins urbanos.

Em relação às discussões apresentadas sobre a faixa de transição entre campo e cidade, também denominado espaço periurbano, verificamos que tal propriedade não se encaixa nesta descrição, visto que a propriedade encontra-se dentro do perímetro urbano. Trata-se, portanto, de uma prática de atividade agrícola desenvolvida em terreno urbano (agricultura urbana). Neste sentido, esta acaba sendo similar ao cultivo de hortas domésticas, mas o diferencial é que o objetivo final da produção não é apenas consumo e sim o comércio.

No entanto, deve-se destacar que a presença da horta, antecede a criação do Bairro Oswaldo Fernandes Monteiro, localizado ao norte da propriedade. Segundo relatos verbais do produtor, quando ele adquiriu a propriedade em 1990, ainda não havia sido fundado o bairro citado, sendo que este só foi criado no ano de 1993.

Partindo da idéia que a horta até o ano de 1993 encontrava-se nas bordas da cidade, ou seja, fora do urbano, verificamos que, o processo de expansão urbana integrou tais espaços ao perímetro urbano, e conseqüentemente, novos espaços mais distantes se caracterizaram como faixa de transição do campo para a cidade.

Já nos referindo as hortas Nossa Senhora Aparecida I e Nossa Senhora Aparecida II, estas, estão inseridas na Zona de Consolidação 2 (ZC 2). Na figura 10 podemos observar a localização das Hortas dentro da zona.

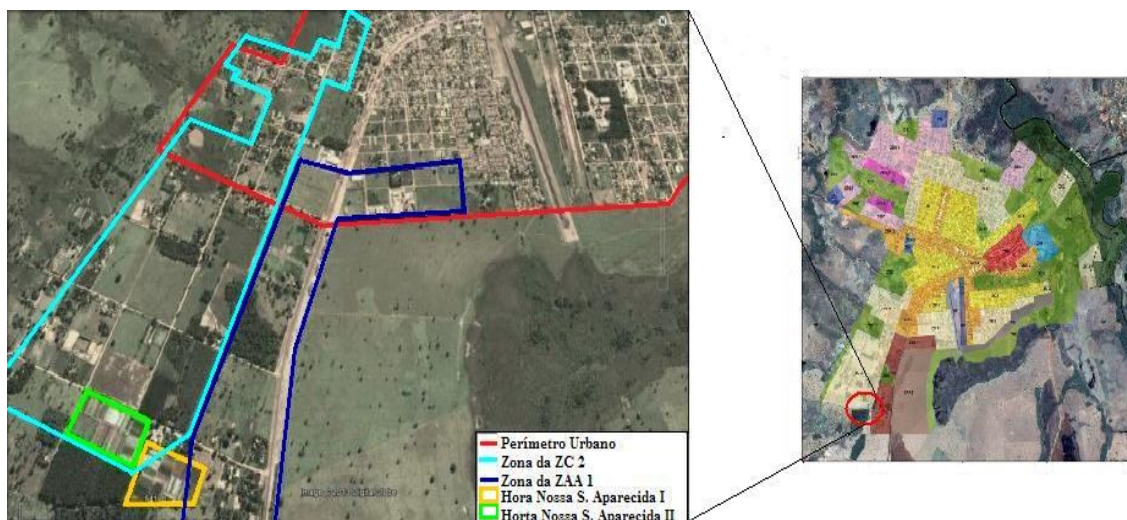


Figura 10: Hortas Nossa Senhora Aparecida I e II, inseridas na Zona de Consolidação 2.

Fonte: Google Earth, 2013.

Organização: SHIWA, R. M. Pesquisa de campo, 2013.

Em relação a essa zona, o Plano Diretor de Jardim (2012, p. 332) a define como “áreas menos consolidadas, mais distante do centro, ocupadas principalmente com residências. Deve ocupar os vazios urbanos prioritariamente com residências. Deve suprir a carência de infraestrutura”

Sendo assim, a proposta de gestão municipal de Jardim-MS é expandir o perímetro urbano em direção às propriedades onde estão localizadas as hortas citadas, construindo residências e implantando infraestrutura.

Uma porção da propriedade onde esta localizada a Horta Nossa Senhora de Aparecida I, também está inserida dentro da Zona de Abastecimento e Serviços de Apoio 1 (ZAA 1) que segundo o Plano Diretor de Jardim (2012, p. 233) estas são “Áreas próximas à BR-060 com características para o desenvolvimento de atividades industriais mais pesadas e de grande porte, geradoras de tráfego ou que servem de apoio ao tráfego rodoviário mais intenso”.

Em relação a tais propostas de gestão, verifica-se a faixa de transição pode ser utilizada para a expansão urbana ou rural, causando modificações que alterem a sua paisagem. Neste sentido, a tendência nesta área é que os espaços vazios presentes na faixa de transição sejam ocupados por uso urbano, visto que não há interesse por parte dos produtores rurais em expandir sua área de produção, ou mesmo que o valor a ser aferido possa ser investido na compra de maiores proporções em áreas mais distantes do urbano.

A horta São José, por sua vez, está inserida na Zona de Interesse Ambiental (ZIA). Na figura 11 podemos observar sua localização dentro da zona.

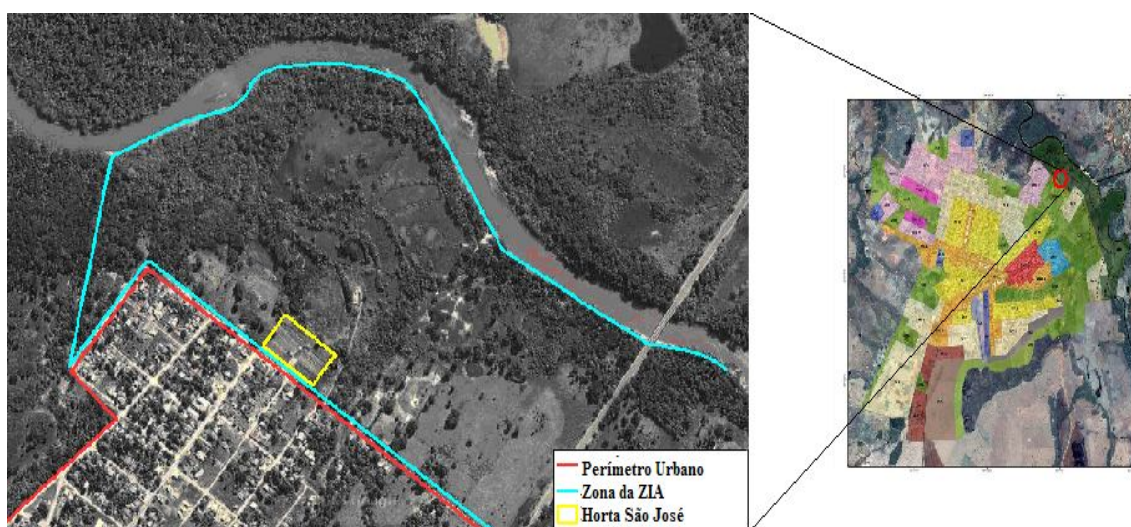


Figura 11: Horta São José inserida na Zona de Interesse Ambiental.

Fonte: Google Earth, 2013.

Organização: SHIWA, R. M. Pesquisa de campo, 2013.

Quanto à característica desta zona o Plano Diretor de Jardim (2012) a define como sendo:

Área de preservação permanente junto ao rio Miranda estendida com uma faixa média de 300 m (mínimo 200 m), com a finalidade de preservar a vegetação existente e proteger a área junto ao rio. Destina-se a preservação / recuperação ambiental e contenção da ocupação. Deve ser incentivada nesta área a implementação de parques com atividades de turismo e lazer para o usufruto sustentável da comunidade e dos turistas. Os afastamentos específicos, previsto em lei federal nº 4.771/65 e suas alterações e complementações devem ser respeitados (2012, p. 331).

Neste sentido, nota-se, que em razão da localização da área da horta próxima ao rio e à Área de Preservação Permanente (APP) de sua mata ciliar, sua configuração provavelmente não sofrerá grandes alterações. Os projetos para implementação de parques com atividades de turismo, mostram que nesta zona haverá a contensão de residências, o espaço tende, então, a adquirir uma paisagem mais natural.

3.2 A Produção de Hortaliças

As quatro hortas identificadas e caracterizadas, tratadas neste trabalho, vêm sendo desenvolvidas entre um período de 10 a 22 anos. Deste modo, os produtores se consideram responsáveis pela introdução do consumo de hortaliças no hábito alimentar da população de Jardim-MS. Conforme declara o proprietário da Horta da Vila Angélica II (a mais antiga), quando a sua família iniciou o sistema produtivo, as hortaliças apareceram como novidade no mercado, uma vez que os moradores não tinham o hábito desse consumo, e nem ao menos conheciam as variedades de hortaliças ofertadas pelo produtor.

Com o passar do tempo, as pessoas passaram a consumi-las gradativamente, de forma que a procura pelas hortaliças, hoje, aumentou significativamente, chegando inclusive a faltar alguns dos produtos em determinadas épocas do ano. Este fator contribuiu para que os horticultores buscassem diversificar ainda mais os seus produtos, visando atender as novas demandas por parte dos consumidores.

Em relação a esta diversificação dos produtos ofertados pelos horticultores, nota-se através do quadro 03 que há uma diferenciação entre as hortas. Sendo assim, no quadro estão listados os produtos que são produzidos em cada horta, bem como a época do ano em que a cultura é desenvolvida.

Produto	I	II	III	IV	Meses de produção
Alface	X	X	X	X	Todo ano
Cheiro-verde	X	X	X	X	Todo ano
Couve	X	X	X	X	Todo ano
Almeirão	X	X	X	X	Todo ano
Rúcula	X	X	X	X	Todo ano
Berinjela		X	X	X	Todo ano
Jiló		X			Todo ano
Couve-flor		X	X	X	Inverno
Espinafre		X			Inverno
Acelga		X	X	X	Inverno
Brócolis		X	X	X	Inverno
Vagem		X	X	X	Inverno
Agrião		X	X	X	Inverno
Salsão		X			Inverno
Cenoura		X	X	X	Inverno
Beterraba		X	X	X	Inverno
Repolho		X	X	X	Inverno
Quiabo		X			Verão
Pepino		X	X	X	Verão
Abobrinha		X	X	X	Verão
Pimentão		X	X	X	Verão
I - Horta Vila Angélica II			II - Horta São José		
III - Horta Nossa Senhora Aparecida I			IV - Horta Nossa Senhora Aparecida II		

Quadro 03: Produtos desenvolvidos nas Hortas
Fonte: SHIWA, R. M. Pesquisa de Campo, 2013

A diversidade da produção está relacionada com a extensão de cada propriedade, e com o seu mercado consumidor. A Horta Vila angélica II possui área menor, que limita a sua produção. Sendo assim, não há espaço suficiente para a diversificação dos produtos. Já a Horta São José comercializa sua produção a domicílio, e neste sentido, há a necessidade de oferecer ao seu mercado consumidor produtos variados que são encontrados com menor frequência nos mercados, como por exemplo, o jiló, o quiabo, o espinafre e o salsão. Podemos observar que a diversificação dos produtos das Hortas Nossa Senhora de Aparecida I e II são similares, este fato se dá, em razão dos produtores atenderem os comércios da cidade, cuja busca por produtos é geralmente padronizada.

Segundo dados obtidos através de entrevistas com os produtores das hortas, todos alegaram que os motivos que os levaram a iniciarem nesta atividade produtiva foram: 1) a herança cultural - o fato de aprenderem tudo o que sabem sobre o ramo, com seus pais influenciou na continuidade desta prática que foi passada de geração a geração; 2) renda obtida – mesmo que a qualidade e/ou a variedade das hortaliças seja relativa ao longo do ano, a horticultura possibilita ao produtor o desenvolvimento da atividade durante todos os meses do ano, como observamos no quadro 03, garantindo a ele uma renda média mensal; 3) mercado de trabalho – os produtores possuem somente o ensino fundamental, neste sentido não se consideram qualificados para a prática de outras atividades ou profissões que proporcione a eles renda igual ou superior à da produção de hortaliças.

Em relação à produção das hortas, os produtores mencionaram que são independentes, e que não há nenhum sistema de parcerias, incentivos, benefícios, ou associações com nenhum órgão do poder público ou privado. Os recursos financeiros utilizados para iniciar as atividades produtivas nas quatro hortas, foram através de dinheiro dos próprios proprietários.

No entanto, em algumas hortas, foram surgindo necessidades de investimentos que levaram os produtores a buscarem como opção o financiamento. Neste sentido, o proprietário da Horta Nossa Senhora de Aparecida I, realizou um financiamento pelo Banco do Brasil (1 ano após iniciar à produção de hortaliças), no valor de R\$ 9.000,00 para a construção de um poço que passou a ser utilizado para a irrigação da horta. Enquanto que o produtor da Horta Nossa Senhora de Aparecida II relatou que há intenção em realizar capital financiado para modernizar o sistema produtivo através da utilização de um trator para preparação do solo antes do plantio. Sendo assim, nos informou que está negociando um financiamento também pelo Banco do Brasil, para a compra deste trator.

Já os produtores das hortas São José e Vila Angélica II, nunca realizaram financiamentos. O proprietário da primeira alegou que quando adquiriu a propriedade (que já pertencia a um produtor de hortaliças) as estruturas necessárias à produção já estavam implantadas na propriedade. E o proprietário da segunda, alegou que pelo fato de sua área de produção ser 2.000 m², nunca precisou um grande investimento que necessitasse a realização de um financiamento.

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades foi observado que nas propriedades onde as Hortas São José e Nossa Senhora de Aparecida II estão inseridas, a produção de hortaliças é a única atividade econômica realizada, portanto, a única fonte de renda.

No entanto, na propriedade que está a Horta da Vila angélica II, há além da horta, um mercado (Mercado da Horta) no qual o proprietário comercializa não só as hortaliças produzidas, mas também produtos industrializados, como, por exemplo, enlatados, produtos de higiene pessoal, bebidas, entre outros. E na propriedade em que se localiza a Horta Nossa Senhora Aparecida I, verificou-se além da horta, a presença de 50.000 m² da cultura do eucalipto¹².

Mesmo havendo, nos casos citados, a presença de outras atividades econômicas além da produção de hortaliças, os produtores em questão, alegaram que tais atividades são complementares à renda familiar. Tendo em vista que a maior renda obtida é decorrente das hortas, observamos que a principal atividade econômica dos produtores é a horticultura. Por ser uma atividade que exige dos produtores disposição em tempo integral, não há interesse e nem tempo livre para que possam ser desenvolvidas outras atividades.

Com exceção da Horta da Vila Angélica II, cujo sistema produtivo é exclusivamente familiar, as demais hortas possuem além desta forma de trabalho, a contratação de mão-de-obra de dois funcionários fixos e registrados. A produção é destinada para a comercialização, sendo que as hortas possuem um mercado consumidor específico. Neste sentido, as Hortas Nossa Senhora de Aparecida I e Nossa Senhora de Aparecida II possuem o monopólio dos mercados da cidade, sendo que as outras hortas são solicitadas pelos mercados somente quando há falta de produtos por parte dos fornecedores oficiais. Já as Hortas Vila Angélica II e São José possuem ponto de venda próprio, onde comercializam a produção para a área local. Além de atender às residências a domicílio.

Notamos que há uma articulação entre as áreas, isto é, as áreas destinadas à produção de hortaliças, estão em constante articulação com as áreas urbanizadas da cidade, através da circulação de mercadorias produzidas nas hortas e do seu escoamento para os mercados consumidores. No quadro 04 podemos observar o destino da produção de hortaliças comercializadas pelos proprietários de cada horta. As informações foram organizadas no quadro, a partir de informações obtidas através de entrevistas nos comércios da cidade de Jardim-MS e com os produtores das hortas tratadas.

¹² A cultura do eucalipto verificado na propriedade onde se localiza a Horta Nossa Senhora de Aparecida II trata-se de uma atividade econômica nova, que ainda não rendeu lucros ao produtor. Neste sentido cabe destacar que em razão da falta de dados sobre a atividade mencionada, e em razão de ser a produção de hortas o objeto de estudo deste trabalho, não serão tratadas questões referentes a esta atividade econômica.

Hortas	Mercados
Nossa Senhora de Aparecida I	Mercado Vitória
	Mercado Progresso
	Supermercado Econômico
	Supermercado Santos
	Supermercado Frazão
	Todas as Escolas e Creches Municipais
Nossa Senhora de Aparecida II	Supermercado Bom Preço
	Supermercado Cambuca
	Supermercado São José
	Supermercado Vencedor
	Supermercado Peg Pag Jardim
	Verdurão
Vila Angélica II	Possui ponto de venda próprio (Mercado da Horta localizado na mesma propriedade)
	Atende aos mercados (Quando solicitado)
São José	Possui um ponto de venda próprio em sua propriedade.
	Vendedor ambulante a domicílio
	Atende os mercados (quando solicitado)

Quadro 04: Distribuição da produção de hortaliças.
Fonte: SHIWA, R. M. Pesquisa de Campo, 2013

Cabe destacar que a Horta São José também possui um grande mercado consumidor na cidade de Guia Lopes da Laguna-MS, onde as hortaliças são comercializadas pelo produtor através da venda ambulante. As Hortas Nossa Senhora de Aparecida I e Nossa Senhora de Aparecida II também possuem um mercado consumidor nas cidades de Bela Vista-MS, Bonito-MS, Aquidauana-MS, Maracaju-MS e Guia Lopes da Laguna-MS, onde os compradores vêm até o produtor para comprarem as hortaliças.

O quadro 05 referente à renda máxima e mínima mensal e a renda anual gerada em cada horta foi organizado a partir dos relatos verbais dos horticultores entrevistados, onde estes levaram em conta questões como: época favorável para a melhor qualidade dos produtos; época de maior e menor demanda, e custos com sementes, produtos, ferramentas e funcionários.

Horta	Renda mensal Mínima (novembro até abril)	Renda mensal máxima (maio até outubro)	Média da renda anual
Vila Angélica II	R\$ 2.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
São José	R\$ 2.500,00	R\$ 4.000,00	R\$ 39.000,00
Nossa S. Aparecida I	R\$ 3.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 48.000,00
Nossa S. Aparecida II	R\$ 3.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 48.000,00

Quadro 05: Renda média mensal e anual da produção de hortaliças.

Fonte: SHIWA, R. M. Pesquisa de Campo, 2013.

Importante destacar, que a renda obtida pela produção de hortaliças é satisfatória, uma vez que atende as necessidades das famílias dos produtores, que são compostas por poucos membros, sendo entre 3 e 4 moradores.

Assim, a partir da questão relacionada aos rendimentos, questionamos aos entrevistados o interesse em permanecerem desenvolvendo tais atividades e assim dentre as dificuldades elencadas, os produtores citaram algumas das principais, sendo elas: 1) carência dos meios de produção disponíveis na cidade de Jardim-MS – mesmo sendo Jardim, uma localidade que disponibiliza variedades de serviços, em relação à horticultura, existe carência em diversificação de sementes de espécies de hortaliças, e falta de produtos de controle de pragas. Neste sentido, os produtores têm que encomendar esses produtos de outras cidades como Dourados-MS e São Paulo-SP, havendo assim, a necessidade de gastos com o frete; 2) Falta de um agrônomo em Jardim-MS que seja especializado na área de horticultura – segundo os produtores busca-se ao máximo evitar o uso de agrotóxicos na área de produção. Ocorre, porém, que não é raro a ocorrência de novos tipos de pragas que surgem de forma repentina, podendo comprometer grande parte da produção. Neste sentido, o agrônomo especializado que atende as necessidades dos produtores reside em Dourados-MS e só pode vir a Jardim-MS uma vez ao mês, fazendo com que o produtor não receba assistência sempre que necessário; 3) Clima da região – principalmente no intervalo entre dezembro e janeiro, é muito comum as chuvas constantes seguidas de dias quentes. Segundo os produtores, chuva e calor em excesso comprometem a qualidade das hortaliças; 4) Problemas urbanos – Em razão da proximidade com a cidade, os produtores alegam que muitas pessoas jogam lixo, pedras, e outros objetos dentro das áreas das hortas. Raramente também se percebe pequenos furtos, pois as hortaliças são produzidas em terrenos abertos, protegidas apenas por cercas de arame.

Ainda nos referindo às problemáticas citadas pelos produtores, destacou-se como principal dificuldade, as grandes perdas na produção que ocorrem entre os meses de novembro e dezembro, pois, nesta época do ano as hortaliças como, por exemplo, a alface, o

cheiro-verde e a couve (produtos que são mais demandados pelo mercado) têm sua qualidade e quantidade comprometida. Sendo registrada durante esses meses, perda de até 70% do total destes produtos. O horticultor L. A. B. declarou que neste período já chegou a trabalhar vários anos no vermelho, tendo inclusive, que cobrir gastos com a reserva de dinheiro guardada no banco.

Já em relação às vantagens referentes à continuidade da produção no mercado, os produtores destacaram algumas delas: 1) As hortaliças que são mais demandadas pelo mercado, como por exemplo, a alface e o cheiro-verde, podem ser produzidos durante todos os meses do ano; 2) Não precisam passar por beneficiamento, podendo ser colhida e vendida na seqüência; 3) Caracteriza-se por um desenvolvimento rápido, a planta fica adulta e pode ser colhida e comercializada em um curto período de tempo. Sendo assim, á um rápido giro de mercadoria e dinheiro; 4) Mudança no hábito de consumo, pois, atualmente busca-se cada vez mais a melhoria da qualidade de vida. A mídia propaga esta idéia, levando aos consumidores a necessidade de uma alimentação rica e saudável, as hortaliças apresentam-se, portanto, como um dos alimentos mais importantes para a boa alimentação. 5) Proximidade com os consumidores – A proximidade com a cidade facilita à distribuição dos produtos da horta reduzindo custos com o transporte, aumentam as vendas, pois as pessoas podem se deslocar de suas casas e comprarem as hortaliças diretamente na horta. Isto é, há uma grande vantagem nas relações comerciais.

Os produtores declararam que pretendem continuar no ramo de horticultura. No entanto, durante as pesquisas realizadas, verificou-se que mesmo se tratando de uma atividade passada de pai para filho, não há certezas quando a continuidade da atividade de produção de hortaliças por parte dos filhos dos produtores. Sendo assim, uma vez que não haja interesse dos filhos em seguirem no ramo, as produções só continuarão sendo desenvolvidas se o sistema produtivo passar a ser desenvolvido apenas com mão-de-obra contratada, ou ainda, se a propriedade for arrendada ou vendida para outros produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da produção de hortaliças nas áreas próximas ao perímetro urbano da cidade de Jardim-MS nos levou a pensar o espaço sobre suas diferentes formas de uso. Ao analisarmos o modo diferenciado com que as regiões brasileiras foram sendo ocupadas, transparece a influência de tais diferenciações na divisão territorial que apresenta distintos níveis de crescimento econômico. A região Centro Oeste e, portanto, o espaço mato-grossense, era considerado como áreas de “vazios demográficos”. A presença de grandes propriedades rurais deixava transparecer na paisagem um aspecto de “vazio”. Neste sentido, destaca-se o papel do governo de Getúlio Vargas, no século XX, com a política de colonização “Marcha para o Oeste” que visava à ocupação das áreas tidas como desocupadas. Deste modo, as rodovias que foram surgindo neste período, sob o discurso de integração nacional, influenciaram o surgimento e fortalecimento de povoados, entre eles Jardim, bem como integrou os municípios da região onde Jardim-MS está inserida.

Observou-se a importância dos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado, que visava à ligação de estradas que ligassem os municípios, por meio da Comissão de Estradas de Rodagem (C. E. R. -3), pois, Jardim enquanto povoado teve sua origem a partir do alojamento dos operários da C. E. R. -3 durante o projeto de construção da estrada de ligação entre os municípios de Aquidauana à Porto Murtinho e Bela Vista.

Verificou-se também que com o avanço da urbanização de Jardim-MS, resistiram-se dentro do tecido urbano, um número significativo de chácaras e lotes vazios em razão do monopólio de terras por parte dos proprietários que optaram pelo não loteamento. Ocorre, no entanto, que mesmo que não sejam realizadas benfeitorias em tais terrenos, estes continuam agregando valor através das construções e implementações de equipamentos de infraestrutura que vão sendo produzidos em seu entorno. Observou-se, contudo, que além dos terrenos mencionados contribuírem para a formação de um tecido urbano desconexo, que contrastam paisagens urbanas com espaços vazios, ainda colabora para a especulação imobiliária, e influenciam a expansão urbana para as áreas rurais próximas ao perímetro urbano.

Notou-se também, que apesar dos aspectos presentes no campo e na cidade possuírem suas particularidades, as relações entre ambos os espaços se intensificaram em função do avanço dos meios de transporte e comunicação a tal ponto que em algumas áreas, principalmente aquelas mais próximas as áreas urbanas, os espaços se misturam entre o uso do solo para fins agrícolas e o uso para fins urbanos. São nestes espaços localizados nas

bordas da cidade, onde há uma faixa de transição entre o campo e a cidade, nos chamados espaços periurbanos, que se verificou a presença das hortas analisadas neste trabalho.

Uma vez entendido que tais espaços possuem caráter plurifuncional, isto é, podendo ser espaço de intervenções ora do urbano, ora do campo, ou ainda estarem presentes no mesmo espaço, ambas as lógicas, observou-se que:

A Horta Vila Angélica II, já encontra-se inserida como lote/zona urbana, onde a expansão urbana, influenciou a lógica do espaço. Sendo assim, a propriedade não possui uso exclusivo para fins agrícolas, uma vez que a presença de casas próximas a horta proporcionou ao proprietário desenvolver a atividade de comércio de industrializados em um estabelecimento localizado na mesma propriedade. Neste sentido, verifica-se que na propriedade mencionada, a expansão urbana influencia a dinâmica do espaço, a ponto de transformar uma área que até então se limitava ao uso do solo para fins agrícolas (produção de hortaliças), e mesmo que a agricultura ainda seja a principal fonte de renda, o espaço tende a diversificar as atividades realizadas, cada vez mais sob a ótica urbana. No caso da horta em questão, verificou-se também, o interesse por parte do proprietário em vender a área e comprar outra maior, que não limite a área de cultivo e conseqüentemente a renda adquirida pela venda da produção. Sendo assim, uma vez que a venda da terra para fins urbanos proporcione ao produtor maior renda que a terra enquanto espaço de cultivo é possível que o espaço configure-se futuramente como espaço de uso exclusivamente urbano.

Já na Horta São José constatou-se que embora haja uma proximidade desta com o perímetro urbano, tais espaços não sofrerão grandes alterações, tendo em vista que por se tratar de uma área próxima ao rio Miranda e às Áreas de Preservação Permanente (APP) as propostas de gestão urbanas para a área são limitadas a parques turísticos com instalações mínimas de produções espaciais, buscando não agredir as áreas tidas como frágeis.

Nas Hortas Nossa Senhora de Aparecida I e II verificou-se que estas se diferenciam por estarem mais distantes do perímetro urbano, em áreas que a cidade ainda não se estabeleceu firmemente. No entanto mediante as propostas contidas no Plano Diretor municipal, a tendência é que a expansão urbana alcance tais espaços, tendo em vista que as áreas são tidas como área de interesse de expansão, agregando as hortas ao perímetro urbano.

Quanto ao perfil dos horticultores, notou-se que a produção de hortaliças é uma atividade que foi sendo passada de pai para filho, e que embora o sistema produtivo conte com a contratação de mão-de-obra, o proprietário e seus familiares também participam da produção em tempo integral. Outro aspecto referente aos produtores é o motivo pelo qual optaram por desenvolver a atividade nas hortas, sendo que eles estão satisfeitos com o ramo

onde atuam e, não se consideram qualificados para exercerem outras atividades que rendam o mesmo lucro proporcionado pela venda de hortaliças.

Observou-se também que não se trata de hortas domésticas, cujo destino é reservado para o consumo próprio, trata-se, portanto de uma atividade econômica voltada para a comercialização na cidade de Jardim-MS e em alguns casos para cidades vizinhas. Sendo assim, constatou-se que a renda advinda da produção é a principal fonte de renda dos produtores e que mesmo havendo algumas dificuldades para a realização da produção, a proximidade com a cidade destaca-se como uma grande vantagem, visto que facilita a rápida circulação dos produtos das hortas.

Em relação à continuidade da produção de hortaliças no mercado, constatou-se que os produtores pretendem continuar desenvolvendo a horticultura. No entanto, por se tratar de uma atividade passada de pai para filho, notou-se através das pesquisas, que ainda não há certeza que os filhos dos produtores continuarão no mesmo ramo. Sendo assim, quando os atuais produtores pararem de praticar a atividade, caso não haja interesse por parte dos filhos, a produção de hortaliças só continuará sendo desenvolvida se o sistema produtivo passar a ser desenvolvido apenas com mão-de-obra contratada, ou ainda, se a propriedade for arrendada ou vendida para outros produtores.

O tema da presente discussão é passível de ser abordado sobre outros aspectos. No entanto, a análise nos permite verificar, sem, contudo esgotar a discussão, que há entre o espaço urbano e rural o estabelecimento de paisagens que se alternam pela própria lógica da expansão da malha urbana, ou como discutimos a manutenção de usos agropecuários pelos imóveis rurais. Neste sentido, verificam-se paisagens que se alternam e que são temporais, pois na medida em que as relações econômicas e sociais de uso desses espaços evoluem, alteram-se as configurações desses espaços, originando assim, alterações estruturais, funcionais e sociais do espaço. Mudanças que são perceptíveis na paisagem.

Identificamos que esse processo é resultante da relação tempo-espaço. E que são assim, organizadas inclusive pelo ordenamento dado ao espaço por meio de políticas públicas de planejamento, sejam no passado pela necessidade de expansão do capital no território ou mesmo no presente com o Plano Diretor que elege ao espaço geográfico um zoneamento para diferentes usos, os quais determinam o processo de construção de diferentes paisagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. São Paulo, 2001.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia Espaço e Memória**. São Paulo: Terra Livre, 1994. 78 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3. ed. Campinas – SP: Papirus, 2010.

GOMES, I. R. P. **O Processo de Produção dos Vazios Urbanos na Cidade de Jardim-MS**. Jardim-MS, 2012.

JARDIM. **Plano Diretor Participativo de Jardim**. Produto 5 - Relatório final técnico Jardim-MS, 2012.

LIMA, Rita Carmem Braga. **Jardim: a história de uma cidade**. Editora Limotype. Ed. Gráfica Bodoquena, Jardim/MS, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo. Hucitec, 1988.

SILVA, Jovam Vilela. **A Multiface da Empresa Matte Laranjeira: Um truste encravado no Sul de Mato Grosso (1882 a 1950)**. São Paulo: USP, p. 26-44.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento urbano**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Crescimento urbano e teoroas sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara-SP**. Rio Claro: UNESP/IGCE: AGETEO, 2006.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
UNIDADE DE JARDIM – MS

Questionário aplicado aos produtores de hortaliças em áreas próximas ao perímetro urbano de Jardim – MS no período de 15/09/2013 a 20/09/2013.

Nome do entrevistado: Data: ___/___/___

- 1 – Qual o nome da propriedade (Horta)?
- 2 – Qual é o nome do proprietário?
- 3 - Quantos anos têm o proprietário?
- 4 – O proprietário possui filhos? Quantos?
- 5 - Qual o grau de escolaridade do proprietário?
- 6 - Como adquiriu a propriedade?
() compra () herança () financiamento () arrendamento
- 7 - Há quanto tempo reside na propriedade? É o local de moradia fixa?
- 8 - Há quanto tempo exerce a atividade de horticultura? Porque iniciou nesta atividade?
- 9 - Já desenvolvia a atividade de horticultura em outra propriedade?
- 10 - A produção de hortaliças é a única fonte de renda da família? Se não, quais as outras forma?
- 11 – Qual o endereço da propriedade?
- 12 – Qual o tamanho da propriedade em metros quadrados? Qual é o tamanho da área destinada à produção de hortaliças?
- 13 - A propriedade sempre teve esta configuração, ou sua área já foi ampliada ou reduzida?
- 14 – Existe alguma outra atividade desenvolvida na propriedade além da horticultura? Quais?
- 15 - A produção é destinada apenas para consumo próprio ou para a comercialização? Se for para a comercialização existe um ponto de vendas próprio? Para quais mercados ou feiras de Jardim - MS são vendidos?
- 16 - Há projetos de ampliar ou reduzir a área de atividade de produção de hortaliças? Quais seriam as possíveis mudanças a serem implementadas?
- 17 - Onde são compradas as mudas e os demais utensílios que são necessários para a produção das hortaliças?
- 18 - A produção é realizada todos os meses do ano?

- 19 - O proprietário recebe algum benefício ou incentivo por parte do poder público para que possa produzir as hortaliças?
- 20 - Com quais recursos financeiros iniciou as atividades produtivas? Com dinheiro próprio ou financiamento? Possui algum financiamento atual ou pretende realizar um? Para que será destinado? Em qual banco realizou ou pretende realizar o financiamento? Qual foi o valor?
- 21 - A venda da produção de hortaliças é a principal fonte de renda ou é complementar?
- 22 - Quais são os meses que a produção gera maior lucro? É possível calcular um valor? Qual?
- 23 - Quais são os meses que a produção gera menor lucro? É possível calcular um valor? Qual?
- 24 - É possível calcular uma renda média anual adquirida pela venda de hortaliças? Qual?
- 25 - O sistema produtivo é apenas familiar ou possui mão-de-obra? Quantos?
- 26 - Já recebeu propostas para venda da propriedade? Venderia ou já pensou em vender? Por quê?
- 27 - Há interesse por parte dos familiares do produtor em seguirem na atividade de horticultura? Ou eles pensam em seguir outras carreiras, ou até mesmo, outras atividades?
- 28 - Quais são os principais problemas e vantagens referentes à continuidade da produção no mercado?